

MOVIMENTO

Com a edição semanal brasileira do **Le Monde**

SECRETO

OS RELATÓRIOS MILITARES SOBRE A JARI

Novas revelações sobre as ligações da cúpula do Planalto com o bilionário americano que quer doar parte do Brasil a uma fundação suíça

OS MONOPÓLIOS DA IMPRENSA BRASILEIRA

Leia também nossa opinião sobre a greve dos jornalistas na pág. 7

DEBATE

O PODER MILITAR NO BRASIL

Em Paris, Movimento debate com Manuel Domingos Neto, Antonio Carlos Peixoto, Eliezer Rizzo de Oliveira e Alain Rouquié, estudiosos das forças armadas brasileiras.



Congresso de Salvador reorganiza a União Nacional dos Estudantes/Três mil delegados aprovam a Carta de Princípios e os estatutos da entidade/Diretoria será escolhida em eleições diretas/Governo acha UNE «entidade maldita» e diz que não vai reconhecê-la
Págs. 12, 13 e 14.

VITÓRIA DOS ESTUDANTES



Lula, em Senhor Vogue: o fotógrafo pediu que ele pusesse o terno que usou para ver Helmut Smith e o fotografou na cozinha de sua casa, «como um lorde».

IMPRENSA

Lorde Lula

Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, já foi comparado com Deus e com o aiatolá Khomeini, chefe da insurreição irriana: «é Deus no céu e Lula na terra», dizia uma faixa carregada por trabalhadores em uma das assembleias na recente greve do ABCD; ele é «o aiatolá», disse a revista Isto É, publicação semanal que tem dado grande apoio a Lula Inácio. Agora, Lula é comparado a um nobre: «em fotos, parece um verdadeiro lorde inglês», disse o editor de Senhor Vogue, na última edição dessa revista, que tem Lula na capa e o mostra vestido com rara elegância.

Senhor Vogue é lida por um seletto clube de 20 a 30 mil integrantes da grande burguesia local. Seus anúncios vendem cigarros, carros, serviços bancários, jóias, perfumes, bebidas. O artigo vende a ideia de que Lula é um líder da classe operária situado entre o governo e a esquerda, e que sua ação à frente da greve dos metalúrgicos do ABCD teve o objetivo estratégico de «salvar a abertura democrática» de Figueiredo. Diz a revista, comentando o conflito entre trabalhadores e polícia havido logo após a intervenção governamental no sindicato: «O simbólico aperto de mão com o Presidente Figueiredo aconteceu naquele fim de semana conturbado em que Lula soube evitar a confrontação política pretendida por grupos de estudantes, que haviam levado para o Paço Municipal de São Bernardo até uma faixa assinada pelo DCE da Universidade de São Paulo, com os dizeres de sempre: «Abaixo a Ditadura». A revista diz ainda que «as mocinhas suspiram» por Lula e, justificando sua pose enfiatada, lembra que ele começou a trabalhar como entregador de roupa em uma tinturaria.

COBRANÇA

Delfim, devolve a grana!

Na semana passada, Movimento divulgou o que se pode chamar de «pequeno golpe» de Delfim: entre novembro de 1967 e dezembro de 1968 ele recebeu, quantias fixas da prefeitura de São Paulo e, em seguida, do Metrô, a título de «serviços prestados», apesar de ser ministro da Fazenda.

Isso configura uma situação claramente ilegal, pois as quantias fixas mensais recebidas por Delfim caracterizam vínculo empregatício permanente com um órgão e uma companhia estatal, e que ele

estava impossibilitado de ter por já receber do Estado como ministro da Fazenda. É possível se calcular quanto o ministro Delfim Netto teria hoje de «devolver» ao Estado por ter recebido este dinheiro. Simplificadamente, o cálculo seria o seguinte:

- * quantia recebida por Delfim (da prefeitura e do Metrô) entre novembro de 1967 e dezembro de 1968: Cr\$14.294,00 (soma total dos 14 meses);
- * de 1968 a 1978, a inflação, de acordo inclusive com os dados manipulados pelo ex-ministro da Fazenda, cresceu 793% (segundo o Índice Geral de Preços — disponibilidade interna — da revista Conjuntura Econômica); portanto, os Cr\$14.294,00 recebidos por Delfim basicamente no ano de 1968, equivaleriam, em cruzeiros do começo deste ano a Cr\$127.645,00;
- * somando-se a estas cifras, juros de 6% ao ano de 1968 até agora — o que corresponde a Cr\$11.304,00 — o valor total que o atual ministro da Agricultura deveria «devolver» aos cofres do Estado seria de Cr\$138.949,00, ou quase 62 vezes o maior salário mínimo do País.

Como o ministro gosta mesmo é de números, ele pode fazer cálculos mais exatos e, possivelmente, descobrirá que sua «dívida» referente a este «pequeno golpe» pode ser de alguns cruzeiros a mais.

E tem mais: na Universidade de São Paulo corre que Delfim também estaria «devendo» dinheiro à USP, por ter recebido o que não podia quando era ministro da Fazenda. Mas isso já é outra história...

SE O NEGÓCIO DO MINISTRO É NÚMEROS...
1 - Quantia total recebida da prefeitura de São Paulo e do Metrô, entre nov/dez 68
14.294,00
2 - Valor desta quantia atualmente, segundo o índice de inflação do governo
127.645,00
3 - Juros de 6% ao ano, durante 10 anos (sobre o valor de
11.304,00
4 - TOTAL A SER RESTITUIDO
(em cruzeiros)
138.949,00

INTELLECTUAL DO ANO

O advogado da democracia

O candidato da direção da União Brasileira de Escritores de São Paulo era o sociólogo pernambucano Gilberto Freire. Entretanto, o troféu Juca Pato (que é dado ao Intelectual do Ano) de 1978 foi conferido ao decano da luta pelos direitos humanos, o advogado Sobral Pinto (85 anos). Formado em direito em 1917, Sobral Pinto participou de movimentos políticos católicos desde a década de 1920. Após o «Levante de 1935» com a recusa de Luiz Carlos Prestes em constituir advogado, ele foi indicado para a defesa do líder comunista que havia sido preso. «Católico praticante — diz o historiador Hélio Silva — homem de princípios, contrário às ideias comunistas, Sobral Pinto soube porém, colocar bem mais alto sua missão e tornou-se o defensor intransigente de seu cliente, de sua dignidade».

Em 1943, num artigo contra o Estado Novo, ele dizia não nutrir «pensamentos ocultos». «Não guardamos planos secretos. Não conspiramos, porque pensamos alto e agimos às claras, dentro do princípio da Ordem e do respeito à Autoridade». Após a queda do Estado Novo, ele participou, juntamente com intelectuais católicos — entre os quais Franco Montoro — das gestões pela organização do Partido Democrata Cristão. Com o golpe de 1964, Sobral Pinto reassumiu seu papel de defensor dos perseguidos políticos. Uma de suas primeiras tarefas foi a defesa de nove chineses acusados de espionagem.

Sua eleição como Intelectual do Ano deve-se à publicação do livro «Lições de Liberdade», que reúne cartas dirigidas a autoridades do regime militar, defendendo a restituição dos «direitos fundamentais da cidadania brasileira, um dos quais é a liberdade...».



Sobral, um democrata

INFLAÇÃO

Figueiredo persegue Geisel

A persistirem os atuais índices inflacionários, o general Figueiredo cavalgará disparado na frente do recordista brasileiro de inflação; por sinal, outro general, Ernesto Geisel.

Em marcha ascensional, Figueiredo deverá alcançar a marca de 1.510%, superando o general Geisel, em cujo governo a inflação bateu todos os recordes, situando-se (de 15 de março de 74 a 15 de março de 79) em 409%, com a mais alta taxa desde o governo Eurico Gaspar Dutra. A classificação dos recordistas inflacionários desde esta época é a seguinte:

- 1º Ernesto Geisel, com 409%;
 - 2º João Goulart, com 325%;
 - 3º Juscelino Kubitschek, com 202%;
 - 4º Castelo Branco (dois anos e 11 meses), com 197%;
 - 45º Emílio Médici (quatro anos, quatro meses e 15 dias), com 109%;
 - 6º Eurico Gaspar Dutra (de 31.1.45 a 31.1.51), com 75%;
 - 7º Getúlio Vargas (de 31.1.51 a 24.8.54), com 74%;
 - 8º Café Filho (um ano, dois meses e 15 dias), com 19%;
 - 9º Carlos Luz (dois dias), nula;
 - 10º Nereu Ramos (dois meses e 20 dias), com 2%.
- Este quadro comparativo da evolução

do ritmo inflacionário no País foi feito pelo Senador Luiz Cavalcante, da Arena de Alagoas, com dados da Fundação Getúlio Vargas. Nos primeiros 75 dias de administração Figueiredo, a inflação foi de 9,4%. A persistir esta cavalgada...

CLIMA

Neve, euforia e morte

O frio chegou antes do tempo. Vinte e quatro dias antes do seu início oficial, o inverno trouxe medo e tranqüilidade à região Sul, com o deslocamento de massas de ar frio da região polar.

Novou em cerca de 100 cidades gaúchas e em regiões do Paraná e Santa Catarina, provocando não só a lotação dos hotéis nas estâncias serranas sulinas como a superlotação dos albergues noturnos. Em Curitiba, na terça-feira, duas pessoas já haviam morrido de frio. E o frio, com neve à européia e tudo, trouxe também preocupações com a agricultura, vítima fatal das geadas, que começaram a ocorrer na madrugada de quarta-feira. As lavouras de soja, principalmente, estariam fortemente comprometidas, além de culturas como café, feijão e hortaliças, entre outras.

As baixas temperaturas prematuras podem esfriar o ânimo da produção de alimentos em larga escala, tida pelo ministro da Agricultura, Delfim Netto, como um dos fatores para diminuir a inflação. Além de, como já se repete todos os anos, provocar certa euforia no turismo sulino e intensificar a desgraça de milhares de favelados e desabrigoados.

MISERIA

Fatos, Melhoral e pinga

Aspectos dramáticos das condições de vida no Brasil revelados pelo livro «As Instituições Médicas no Brasil», da socióloga Madel Terezinha Luz: favelados caçam ratos para comer; outros utilizam um melhoral na dieta básica de suas famílias. Ao indagarem sobre o porquê da utilização do remédio, sociólogos empenhados nesta pesquisa receberam pronta resposta: «Vivemos com dor de cabeça». A dieta é complementada por um copo de café e um pedaço de pão. Há outros casos patéticos, como os que ocorrem nas favelas da periferia paulistana: mães que adicionam pinga-mamadeiras de seus filhos para que, embriagados, não chorem de fome.

VÁRIAS

• TORTURA — Um dossiê, com sete depoimentos e elaborado pelo Grupo de Estudos Médicos, foi encaminhado quinta-feira ao Conselho Regional de Medicina contra o Médico Jean Paul Seeburger, acusado de orientar torturas a presos políticos em Belo Horizonte. Até quarta-feira, «60 médicos haviam assinado o documento, que foi lido em um debate sobre anistia, promovido pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (núcleo de Minas), quinta-feira em Belo Horizonte».

• LIXO ATÔMICO — A Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias, no RJ, anunciou a organização de uma passeata popular para o dia 6, a fim de protestar contra a escolha, pelo Conselho Nacional de Energia, de Xerem para ser o depósito do lixo atômico da Nuclebrás.

Junto a esta área está a adutora que abastece o Rio de Janeiro e Petrópolis, além de 15 fontes naturais de água, uma fábrica de queijos e 15 famílias que dependem diretamente da lavoura.

• FIM DAS BOLSAS? — O secretário de Saúde do Rio de Janeiro, Silvio Barbosa da Cruz, pensa em extinguir em 1980 os concursos de bolsas de estudos para acadêmicos (sexanistas) de Medicina, que existem desde 1907. O serviço de pronto-socorro, onde atuam estes estudantes, seria integrado ao currículo da faculdade como parte da formação profissional. Seria uma maneira, segundo o secretário, de «se acabar com as reivindicações de dois salários mínimos e carteira assinada».

Reações à «decisão fascista»

No começo da semana passada, a apresentação do projeto do deputado alagoano Alberico Cordeiro, que extingue o MDB e a Arena e facilita a criação de novos partidos, através de blocos parlamentares, pegou a todos de surpresa.

«É um balão de ensaio», afirmou o ex-ministro Almino Afonso, hoje ao lado dos autênticos do MDB. O fato é que a apresentação do projeto de Cordeiro fez recrudescer violentamente a discussão sobre a reforma partidária, levando o presidente do MDB, Ulysses, Guimarães a chamar a Arena de «uma corja que só diz sim». Ulysses ameaçou, por outro lado, convocar uma convenção nacional extraordinária para denunciar a «decisão fascista» da extinção do MDB. Outros parlamentares emedebistas já chegaram a formalizar a convocação dessa convenção extraordinária.

Dentro deste clima de insegurança e exacerbação, as articulações continuavam. No final da semana, viajava para Nova Iorque o presidente da Arena, senador José Sarney, para se avistar com o moderado Thales Ramalho, que está convalescendo depois de sofrer várias cirurgias. Sarney permanece em Nova Iorque durante quatro dias, tempo suficiente para se inteirar das últimas articulações do ex-governador Leonel Brizola, que já visitou o deputado pernambucano diversas vezes nas últimas semanas.

Na semana passada o ex-deputado Doutel de Andrade, uma das mais afirmativas lideranças do PTB, propôs uma Frente de oposição entre os petebistas e os autênticos. Andrade acredita que a nova frente seria praticamente imbatível eleitoralmente. E finalmente um grupo de mais ou menos 15 parlamentares viaja neste fim de semana para Lisboa, onde encontrarão o líder do PTB, Leonel Brizola, nos próximos dias 15, 16 e 17. A social democracia europeia realizará um encontro na capital portuguesa e na ocasião os parlamentares petebistas tentarão convencer o ex-governador gaúcho a voltar com eles para o País.

De todas as articulações, porém, as mais significativas têm sido feitas pelos autênticos do MDB. No último fim de semana estariam se reunindo em São Bernardo do Campo. Irão mais de 60 parlamentares (federais e estaduais), lideranças sindicais de vários estados, intelectuais e políticos cassados e ex-cassados. «É a primeira iniciativa consequente que o MDB tomara para transformar-se num partido popular e de vanguarda». Assim o deputado Fernando Coelho, membro da executiva nacional do MDB e muito próximo ao ex-governador Miguel Arraes, classificou a reunião do «Pampas Palace Hotel». Articulado pelo sociólogo e ex-candidato ao Senado, Fernando Henrique Cardoso, e pelo ex-ministro Almino Afonso, entre outros, o encontro teve o objetivo de «unir os

diversos setores da oposição que estão dispersos ao longo desses anos», como define o deputado Aírton Soares. «A gente precisava romper a barreira que há entre a atividade parlamentar e os trabalhadores. Afinal, não há nenhum estado de direito e nenhuma reformulação política democrática que não passem pelos trabalhadores», declarou o Movimento o ex-deputado Lysaneas Maciel, um dos mais respeitados articuladores do grupo autêntico.

Até há pouco tempo alguns setores da classe operária não escondiam a sua desconfiança pelos «políticos». Devido a essa desconfiança, Luiz Inácio da Silva e outros líderes sindicais, chegaram a propor a formação de um partido formado exclusivamente por trabalhadores. Ao que parece, hoje a opinião é outra. Pelo menos em relação aos autênticos, que não convidaram para o encontro de São Bernardo nenhum emedebista moderado. E mesmo parlamentares como Albert Goldman, que foi convidado, não apoiaram as articulações.

Antônio Carlos Queiroz

A VOLTA DOS EXILADOS Ibrahim fala, mas está ouvindo

Quando saiu do Brasil, em setembro de 69, trocado pelo embaixador norte-americano Elbrick e banido pelo governo, o líder metalúrgico de Osasco, José Ibrahim, ia algemado, maltratado e mal vestido. No domingo da semana passada, com o banimento revogado, José Ibrahim voltou ao Brasil, acompanhado de mulher e filho, num clima diferente: mais de 600 pessoas, entre operários e estudantes, estavam à sua espera no aeroporto. E não se dispersaram mesmo diante da provocação policial de retê-lo por 10 horas de interrogatórios. Às 7 horas da noite, liberado, Ibrahim discursou defendendo as suas idéias e a necessidade de união do movimento sindicalista.

Em seguida, muitos iriam de ônibus para a modesta casa de seus parentes.

A festa continuou por vários dias. A casa do jovem operário — ele tinha 21 anos quando foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em 1967 — afluíram dezenas de pessoas para vê-lo e cumprimentá-lo: um carvoeiro da vizinhança levou quatro bancários para conhecê-lo pessoalmente; seus 11 irmãos, todos ligados ao setor metalúrgico, também foram; intelectuais e jornalistas telefonaram e até o ex-prefeito de Osasco, Francisco Rossi, da Arena, foi cumprimentá-lo.

Na quinta-feira, Movimento esteve com Ibrahim para ouvi-lo sobre as questões sindicais mais candentes do momento e o encontrou com disposição oposta: de ouvir, principalmente: «Estou há 10 anos afastado do País e informado apenas

indiretamente», disse ele. No entanto, adiantou algumas posições de princípio que considera importantes para o momento.

Sobre o modelo de sindicalismo que defende: Defendo um sindicalismo independente e autônomo, desvinculado do Estado, no qual o Ministério do Trabalho não tenha poder de intervir. Um sindicalismo baseado nas comissões de fábricas e que tenha como perspectiva a Central Única de Trabalhadores. Sou contra o sindicalismo político — os sindicatos devem opinar sobre as questões políticas gerais do País, os investimentos, a educação, desde que façam isto em nome dos trabalhadores no seu conjunto e não como um partido político.

Sobre Anistia e Constituinte: «A anistia interessa diretamente aos trabalhadores. Milhares foram atingidos pelos atos de exceção e pelas cassações de outros tipos, como as listas negras das empresas, que os impedem de participar da vida sindical. Quanto à Constituinte, como é uma questão que divide as oposições sindicais, ainda quero ver como está sendo discutida».

Sobre a unidade sindical: «Todos os setores que pudermos trazer para o nosso lado, mesmo que seja para só um passo junto, devem ser procurados. Vou procurar trabalhar pela unidade e acho que podemos unir desde as oposições sindicais até os sindicalistas autênticos».

Sobre a participação nos sindicatos atuais: «Sempre procurei combater a idéia do sindicalismo paralelo. Evitei chamar mesmo os pelegos de pelegos; evitei as brigas com as diretorias que afastavam os trabalhadores do movimento. Devemos partir do ponto de referência que é o sindicato atual, com todos os seus problemas e deformações. E aí que é feita a experiência política inicial dos operários. Devemos assumir amplamente o trabalho de sindicalização. «Vamos fortalecer o pelego», dizia — se já naquela época. Mas não é isso. Na minha época eu dizia: se a gente não participar, vai ser sempre assim. Só participando, os trabalhadores vão se educar. Isso é óbvio. Mas até hoje permanecem estas dúvidas e incompreensões».

A conversa com Ibrahim foi entremeadada por visitas de operários da Ford, próxima à sua casa. Correndo pela casa, com seu primo também pequeno, Eduardo, o filho do ex-banido, que ainda terá que responder a dois processos, repetia, numa passeata de brincadeira, o grito que ouviu no aeroporto: «A-nis-tia prá Jo-sé I-bra-him».

Raimundo R. Pereira

IMPRESA Além dos limites

Na quinta-feira da semana passada, o jornal «O Estado de S. Paulo» tomou uma das mais violentas medidas de represália à greve dos jornalistas: afastou três de seus funcionários que têm estabilidade por serem da diretoria do Sindicato. Foram afastados por carta assinada por José H. de Montes, diretor da empresa, Lia Ribeiro Dias, repórter e primeira secretária do Sindicato, Wilson Moherdani, subeditor de geral e membro do Conselho Fiscal e Adélia Borges, redatora de política e suplente da diretoria executiva do Sindicato (duplamente estável porque está grávida). Esses jornalistas foram «suspensos das funções que exercem nessa empresa de

acordo com o artigo 494 da CLT e responderão a inquérito por falta grave perante a Justiça do Trabalho». Os demitidos distribuíram carta aos companheiros da redação caracterizando a medida como «mais que uma violência contra jornalistas que trabalham há mais de cinco anos no Estado de S. Paulo; é um desrespeito à categoria, uma tentativa de aniquilar um direito dos trabalhadores preservado após anos de arbítrio — a estabilidade dos funcionários quando exercem mandato sindical».

O Sindicato dos Jornalistas pretende responder à violência e alguns de seus diretores acreditam que, na sua fúria vingativa, o Estado foi além dos limites.

ANISTIA Lobo com pele de cordeiro?

Dia 28, o governo anunciou ter o general Figueiredo autorizado ao ministro da Justiça, Petrólio Portela, a elaboração de um anteprojeto concedendo anistia, a ser enviado ao Parlamento na segunda quinzena de junho. Em seguida declarações do ministro Portela e informações filtradas de seu gabinete, ficou confirmado muito do que já se sabia: a anistia excluirá os chamados crimes de sangue; poderá conter uma análise individual da situação de cada preso político beneficiado (provavelmente cada um terá de fazer um requerimento para obter a liberdade); a análise individual também poderá se dar no caso de alguns exilados, como Prestes, Arraes, e Júlio; os demitidos por «corrupção» poderão readquirir seus direitos políticos, mas não seus empregos: os funcionários civis, para caso de readmissão, terão uma análise individual precedida pelo DASP, enquanto os militares ficarão a cargo de comissões em cada um dos três ministérios militares.

Se por um lado as dificuldades políticas no seio do regime foram superadas (a resistência dos chamados militares radicais), por outro, agora é que vai se ampliar a resistência política das oposições que reivindicam a anistia ampla e irrestrita e as dificuldades técnicas na elaboração do anteprojeto. Politicamente, o governo escolheu o período de férias escolares e recesso parlamentar — julho — para nele desaguar o grosso do debate. Assim mesmo, já prevenidos, setores da oposição, em especial os movimentos de anistia e os nela interessados, têm aumentado a discussão e preparam importantes encontros para junho (no Brasil e no exterior), onde o tema principal será a aprovação de um projeto unitário, alternativo, de anistia ampla, geral e irrestrita, tomando como base de discussão um anteprojeto elaborado por um grupo de cassados no Rio.

Tecnicamente, o ministro Portela terá de usar toda alquimia para explicar o que é «crime de sangue»; como uma anistia dita ampla poderá conter «análise individual» de cada caso, como se fosse um indulto; como separar «corruptos» de «subversivos» punidos pela mesma lei, e, especialmente, como combinar uma lei de anistia com dispositivos constitucionais que restringem direitos políticos.

Roberto Martins



José Ibrahim: recepcionado pela família, centenas de amigos, entidades...



pela polícia, a quem prestou depoimento de 10 horas.

O «nacional» chamando as «multinacionais»



Villares: «Homem do Ano»

Paulo Diederichsen Villares, presidente da diretoria executiva do grupo Villares, recebeu no último dia 24 de maio, em Nova Iorque, o diploma de «Homem do ano» de 1979, oferecido pela «Brazilian American Chamber of Commerce». Encarregou-se de apresentá-lo aos 600 empresários presentes (grande parte deles americanos) Robert Kirby, o presidente da Westinghouse Corporation. Velha raposa do mundo empresarial americano, Kirby pintou Villares com uma imagem bem ao agrado dos ianques. Segundo ele, trata-se de um «entrepreneur» jovem que não hesita em tomar decisões arrojadas. Lembrou que o grupo Villares, por ele dirigido, está realizando, atualmente, investimentos que nada ficam a dever aos de grandes corporações americanas. Além disso, destacou-o como líder da classe capaz de tomar atitudes políticas claras nos momentos difíceis.

O discurso do entrevistado, feito em seguida, descambou para o caminho que todos queriam: exaltar as potencialidades do Brasil. Afinal, além de investidores americanos no Brasil, estava presente na cerimônia um alto representante do governo brasileiro (o ministro da Indústria e do Comércio, João Câmilo Penna). Villares incitou os empresários americanos a investirem maciçamente no Brasil, «que oferece novas e grandes oportunidades, na década de 80 para todos nós da empresa privada». Não procurou, é claro, esconder o óbvio que são as dificuldades enfrentadas atualmente no Brasil. Mas tentou mostrar que há possibilidades de contorná-las. Oportunamente fez do problema da inflação o ponto alto do seu discurso ao dizer, sob calorosos aplausos, que «o presidente João Baptista Figueiredo havia transformado o combate à inflação na meta número um do seu governo». E, como procurando minimizar eventuais ceticismos a este respeito, citou o mecanismo da correção monetária que «permite a geração de riquezas, mesmo com inflação».

Sugerir às multinacionais que invistam mais no Brasil pode parecer incoerente em se tratando de um empresário nacional ativo em áreas onde as multinacionais têm mais experiências.

A mesma situação também torna surpreendente sua indicação pela American Chamber of Commerce, que congrega empresas com interesses supostamente diferentes. Isso se pode deduzir da lista dos agraciados anteriormente com o mesmo título: Delfim Netto, Maria Gibson Barbosa, Horácio Coimbra, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, João Paulo dos Reis Velloso, José (Zezinho) Papa Junior, Jorge Wolney Atalla e Hélio Beltrão.

Visto sob outro ângulo, no entanto, pode-se concluir que não há grandes conflitos entre os interesses das empresas estrangeiras e do grupo Villares. Este, embora atue em áreas de alta tecnologia — fabricação de elevadores, açoes especiais, pontes rolantes, equipamentos de mineração entre outros — conseguiu proteger-se razoavelmente bem dos grupos

estrangeiros. A prova é que detém praticamente o monopólio do mercado de elevadores onde há duas concorrentes multinacionais: Otis e Schindler. Por outro lado, o grupo Villares tem interesse em que a economia cresça, pois ele está executando vários projetos milionários e teme ser atropelado por eventual recessão na economia.

Aldo Martins

ENERGIA NUCLEAR

Só uma questão de «status». E prejuizos

«O programa nuclear brasileiro irá custar, até 1985, cerca de 30 bilhões de dólares, mas só vai gerar três por cento da energia que o País necessita». Esta denúncia foi feita dia 28 último, pelo físico Rogério Cerqueira Leite, atual diretor do Departamento de Ciências e Tecnologia do governo de São Paulo, em São José dos Campos.

Para Cerqueira Leite, «o estabelecimento do Programa só serviu como forma de adquirir «status», algo para se orgulhar, assim como possuir uma Transamazônica».

Acrescentou ainda que foram cometidos graves erros de cálculo no custo da energia nuclear, que não deveria passar de 600 dólares o KW. «Hoje, até o atual ministro das Minas e Energia aceita o custo de três mil dólares, o que não deixa de ser um «pequeno» erro de cálculo».

Cerqueira Leite defendeu também a urgente mudança de rumos no programa energético brasileiro, baseado no petróleo, «quando o correto seria estarmos investindo decididamente no aproveitamento da energia vegetal». Bastaria a utilização de apenas 1% do território nacional dedicado ao etanol para substituir toda a dependência do Brasil ao petróleo. E mais: bastaria plantar-se apenas 1/3 de todo o cerrado brasileiro, por enquanto inaproveitável, para que o País se tornasse auto-suficiente em energia.

AUMENTO SALARIAL

Maluf esconde o ouro

Sem nenhuma explicação, os assinantes do Diário Oficial do Estado de São Paulo deixaram de receber um suplemento especial, que trata do Balanço Geral do Estado, com dados de 1978. O Boletim geralmente é publicado entre abril e maio de cada ano. A data do suplemento, 28 de abril, coincidiu exatamente com o auge da greve dos 400 mil funcionários públicos, que reivindicavam um aumento salarial de 70% mais Cr\$2 mil fixos. O governo recusou-se a conceder o aumento, argumentando que as despesas com o pessoal em 1978 teriam sido de Cr\$40 bilhões. Sabe-se agora, através do balancete «proibido», que as despesas com pessoal atingiram em 1978 somente 31,5 bilhões.

Ainda de acordo com o suplemento, o ex-governador Paulo Egídio Martins economizou quase Cr\$2 bilhões com a folha de pagamento do funcionalismo em 1978.

Com este dinheiro economizado no governo anterior, os cortes orçamentários determinados por Maluf (Cr\$8,3 bilhões) e mais as chamadas reservas de contingência,



Maluf escondeu o ouro que Egydio economizou

o atual governo tem condições de dar o aumento reivindicado mais o abono.

VÁRIAS

• **RECORDE** — O «open market» bateu, no dia 29, o recorde de negociações de toda a sua história, atingindo Cr\$125,27 bilhões, quantia quase idêntica à do orçamento do Estado de São Paulo e maior que a do papel-moeda em circulação no País.

Enquanto se aguardam profundas mudanças na caótica situação financeira do País, o ministro Mário Henrique Simonsen avisa que o governo prepara «apenas alguns ajustes» no «open-market», tido como um dos mais eficientes colaboradores da inflação.

• **SECRETO** — A multinacional canadense Brascan, ex-proprietária da Light, foi acusada, na última semana, de estar operando um fundo chamado «rob-roy» ou um «fundo secreto brasileiro, mantido para fins não especificados». O fato foi anunciado numa audiência da Corte Federal de Nova York, na qual está sendo discutida a legalidade da tentativa de «Edper Equities» adquirir o controle da Brascan que, por sua vez, deseja comprar a «Woolworth», uma grande cadeia de lojas dos EUA.

O Grupo Brascan, no Rio, afirmou não ter conhecimento do assunto.

• **CALAMIDADE** — Os prejuizos da agropecuária mineira com as enchentes atingiram Cr\$2 bilhões e 800 milhões. Em produtos agrícolas perderam-se 870 mil toneladas.

• **CUSTO DE VIDA** — De acordo com o último boletim do DIEESE, divulgado na última semana, o custo de vida em São Paulo sofreu uma alta de 3,55% em abril. A alimentação (5,78%) e o vestuário (3,61%) foram os principais responsáveis. Nos últimos 12 meses, o custo de vida em São Paulo subiu 45,52%.

• **CEBOLA** — dez mil toneladas de cebola estão apodrecendo nos armazéns de São José do Norte, no Rio Grande do Sul, devido, principalmente, à queda dos preços do produto, que passaram de 12 (na época da colheita) para 3 cruzeiros o quilo. O governo determinou que a Cobal compre todo o excedente de cebola, a Cr\$6 o quilo. Por enquanto, foram adquiridas somente 100 toneladas, das cinco mil que ainda restam.

• **RECADO** — «Na próxima vez que sobreviver a região amazônica, olhe bem da janela do avião para deixar de dizer besteira». Este foi o recado do ecologista José Lutzenberger, numa palestra em Londrina (PR), ao presidente do INCRA, Paulo Yokota. Segundo Yokota, não há devastação na Amazônia e a mata ali existente «apenas sofreu arranhes». O professor Warwick Keer, especialista em genética da Universidade de Ribeirão Preto, ao contrário do presidente do INCRA, afirmou dia 29 último, na CPI da Amazônia: «No ritmo em que o desmatamento vem sendo realizado nessa área, acreditado que em 34 anos a floresta estará irremediavelmente destruída».

• **SOCORRO** — O governo mineiro deverá investir mais de Cr\$4 bilhões na Fiat, quantia considerada essencial para tornar aquela multinacional rentável, já que seus prejuizos atingem hoje mais de Cr\$4,5 bilhões. O governo de Minas já investiu na Fiat outras vezes, sendo hoje dono de 46% das ações.

DIREITOS HUMANOS

De olho no regime brasileiro

Uma Conferência Internacional pela Anistia e Liberdades Democráticas no Brasil será realizada em Roma de 28 a 30 de junho. A Liga Internacional pelos Direitos e Liberdades dos Povos é entidade que está patrocinando a Conferência, com a participação de outras organizações e do Centro Brasileiro pela Anistia, de Paris.

O Encontro nasceu no Congresso pela Anistia realizado em São Paulo em novembro de 1978 para extrapolar a luta a nível internacional. «E uma iniciativa que nasceu lá dentro», observou a italiana Linda Bimbi, do Secretariado da Liga.

A Conferência de Roma é uma resposta ao apelo de várias personalidades internacionais. Entre as dezenas de personalidades que fazem o apelo, estão o ex-primeiro ministro e atual líder do partido Trabalhista no Parlamento Holandês, Joop Den Uyl; o arcebispo Spencer de Somerset, Grã-Bretanha; o presidente do Sindicato dos mineiros de Yorkshire e vice-presidente da maior central inglesa de trabalhadores, Arthur Scargly; a atriz Glenda Jackson; o teólogo alemão Jakob Ziegler; o francês Alfred Kastler, prêmio Nobel de Física; o prêmio Nobel da Paz, prêmio Lenin da Paz e ex-presidente da Amnisty International britânica, Sean Mc Bride; o prefeito de Roma, Giulio Carlo Argan; o professor norte-americano Noam Chomsky; o escritor colombiano Gabriel Garcia Marquez, entre outros.

Do Brasil, entre dezenas de outros, foram convidados o cardeal Dom Paul Evaristo Arns,

o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luís Inácio da Silva (o «Lula»), o presidente da OAB, Seabra Fagundes, o presidente do MDB, Ulysses Guimarães, e muitos parlamentares, religiosos e líderes populares, representantes dos vários CBAs na Europa e América do Norte e convidados como Miguel Arraes e Leonel Brizola. «A Conferência», lembraram os organizadores, «será uma forma de pressão política e moral sobre o governo». E será dividida por grupos de trabalho observando seis temas: «anistia e repressão política», «opressão das mulheres e das minorias raciais», «liberdade de expressão e de criação cultural e científica», «movimentos de trabalhadores da cidade e campo», «condições de vida do povo» e «legislação repressiva do regime». Além destes grupos, haverá uma mesa redonda com personalidades políticas do Brasil e do exterior.

Um dos aspectos que será levantado na Conferência é o caso da tortura: segundo o jurista Louis Joinet, membro do secretariado da Conferência, existe já um movimento a nível internacional a fim de se conseguir mudanças na legislação sobre a tortura. Uma vez provado que a tortura é empregada de forma sistemática e com a participação de organismos do governo, ela deixaria de ser um crime comum para se tornar «crime contra a humanidade», como foi definido no Tribunal de Nuremberg, que julgou os crimes nazistas. «Para o momento» — disse Joinet a Movimento — «já existe um documento acadêmico redigido pela Associação Internacional de Direito Penal, propondo que a tortura seja enquadrada como crime contra a humanidade e segundo o direito da ONU. Isso quer dizer que tais crimes seriam imprescritíveis, não poderiam ser amnistiados, o criminoso não teria direito e asilo político e, caso deixasse o País, deveria ser preso e enviado de volta onde quer que estivesse».

«O caso brasileiro», lembra Joinet, «é exemplar, pedagógico, pois já se provou que a tortura é prática sistemática, com a participação de elementos do governo. De outro lado, o governo poderia insinuar, a propósito da anistia, que seus torturadores estariam na mesma situação dos seus adversários que utilizaram a violência, os guerrilheiros. Mas o próprio direito da ONU e as determinações do Tribunal de Nuremberg fazem uma nítida diferença entre aqueles que matam numa guerra — como aconteceu com a guerrilha urbana — e aqueles que utilizam a tortura de forma sistemática, como foi o caso do governo brasileiro».

Aureliano Bianc...

«Hoje quem manda é a gente»

A greve dos 10 mil operários da Mannesmann, em Belo Horizonte, chegou ao final, na quinta-feira, dia 31, após oito dias de paralisação, e foi comemorada com grande festa. A Mannesmann transformou uma antecipação de aumento; descontará 4 dias de greve e pagará os outros 4 - os dias serão descontados, um por mês, a partir deste mês, sem qualquer redução do descanso remunerado, sem compensação nas férias ou 13º salário. A empresa se comprometeu a modificar as escalas dos turnos de revezamento. O aumento proposto pela empresa e aceito pelos metalúrgicos é de 20% para os que ganham até 6 mil cruzeiros mensais; de 15% para os que ganham de 6 a 10 mil cruzeiros assegurando um mínimo de 1.200 cruzeiros de majoração; e 10% para os que recebem de 10 a 15 mil cruzeiros, com um mínimo fixado em 1.500 cruzeiros.

No 7º dia, quando a greve foi declarada ilegal, ao invés de servir como um balde de água fria, serviu como uma razão a mais para que decidissem pela continuidade da greve. Esse estado de ânimo, de combatividade não é novo. Desde a greve de 68 contam-se dezenas de pequenas paralisações, operações parturadas, pequenas reuniões no sentido de lutar contra as condições de trabalho desumanas, salários miseráveis, com demissões dos elementos mais destacados. Durante as assembleias diárias da greve não foram poucas as intervenções no sentido de vincular a greve por melhoria salarial e melhores condições de trabalho com a situação política do País. «A gente sabe que a luta da classe operária é também uma luta pela democracia no País, uma luta junto com outras classes para mudar estas leis injustas. E por isso, é que devemos nos manter unidos, para servir de exemplo», dizia um líder. Durante a greve, as sete portarias da empresa estiveram permanentemente guardadas por cerca de oitenta operários em cada um dos piquetes. Nem mesmo um dos mais graduados diretores da Mannesmann conseguiu colocar dentro da fábrica um de seus assistentes. Ao exibir sua carteira de chefia, obteve a pronta resposta dos piqueteiros: «Você pode entrar, que é diretor, mas o seu assistente e o carro ficam aqui. Hoje quem manda é a gente».

Murilo Albernar

METALÚRGICOS — I

Eleições diretas à vista?

A novidade do 10º Congresso Nacional de Metalúrgicos, que se realizará em Pocos de Caldas, de 4 a 9 de junho, será a proposta de eleições diretas para o cargo de Secretário Geral do Departamento Sindical Nacional, que vem sendo ocupado pelo atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o famoso Joaquim dos Santos Andrade. Essa proposta será levada pela delegação de São Bernardo do Campo e poderá marcar uma nova etapa no processo de alianças e lutas entre sindicalistas conhecidos como os mais combativos e os tradicionais pelegos. No ano passado, no Congresso Nacional dos Trabalhadores da Indústria, no Rio, os sindicalistas autênticos se unificaram contra os pelegos num protesto de repercussão nacional; além de terem lançado um manifesto independente defendendo as teses da Anistia e da Constituinte. No começo deste ano, no Congresso Estadual dos Metalúrgicos, em Lins os autênticos e os pelegos se

uniram e lançaram a idéia de um «Partido dos Trabalhadores» e de um encaminhamento conjunto para as questões salariais. A delegação de São Bernardo do Campo pretende fazer uma crítica à unidade com a Federação, porque se sente traída no movimento que culminou com a intervenção no ABC. Quanto à proposta de eleições diretas para a secretaria geral, ela tem um certo sentido, uma vez que hoje há sindicalistas autênticos mais conhecidos pelas bases: nas eleições diretas, quem não apostaria num Lula ao invés de um Joaquim, conhecido nas áreas sindicais como um dos maiores pelegos?

(S.I.)

PROFESSORES

A greve esquenta sob a água fria

A Praça da Liberdade, no centro de Belo Horizonte (MG), foi transformada, na terça-feira passada, numa verdadeira arena de guerra: cinco mil professores da rede oficial e particular de ensino, em greve desde o dia 17 de maio, promoviam uma manifestação pública. Aí ocorreu a primeira agressão comandada pelo Superintendente Geral da polícia, Thacyr Menezes Sia (apontado por diversos presos políticos como torturador), com as mangueiras jorrando água fétida do ribeirão Arrudas sobre os professores. Mesmo molhados, os professores não arredaram pé da praça. Só se dispersariam após a intensificação da violência, com o lançamento de bombas de gás de efeito moral. A greve está quente: cem mil mestres de 300 cidades mineiras estão em greve pois o governo (no caso dos docentes da rede estadual) e os patrões (no caso dos que trabalham em colégios particulares) não querem conceder os índices de aumento salarial exigidos pela categoria. Enquanto os professores reivindicavam um piso de oito mil, o governo concedia apenas cinco mil cruzeiros. Eles prometem continuar em greve «até a vitória final».

• O mesmo ocorre com seus colegas da rede estadual de Goiás, que estão em greve desde o último dia 24, exigindo aumentos que vão de 202 a 313%, enquanto o governo promete reajustes de 30 e 105%.

• Também os professores de Pernambuco

estão com suas atividades paralisadas desde quarta-feira, 30. Os docentes da rede particular querem 85% de aumento; os da rede estadual reivindicaram de 10 a 150%, bem distantes, portanto, dos 45% que o governador Marco Antonio Maciel promete conceder.

• Em Brasília, um grupo de professores começou a organizar-se para concorrer às futuras eleições do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, se elas voltarem a ocorrer. A primeira meta dos professores é reivindicar a suspensão da intervenção em seu sindicato, decretada depois de um mês do reconhecimento do órgão e após a deflagração da greve dos 11 mil professores, que durou 13 dias. Dos 39 professores demitidos, apenas 3 ainda não foram readmitidos, devido a um veto do SNI. Todos os demitidos, porém, estão sendo coagidos a repor os vencimentos recebidos durante a greve. Outras medidas punitivas foram tomadas, como a reposição das aulas aos sábados, que «visam esvaziar as reuniões dos comandos regionais da greve, que não chegaram a ser desmobilizados. O mais revoltante é que os fura-greves estão livres desta obrigação», disse um professor.

Apesar disto, os professores estão trabalhando para melhor organização da categoria: «não seremos pegos com as calças na mão».

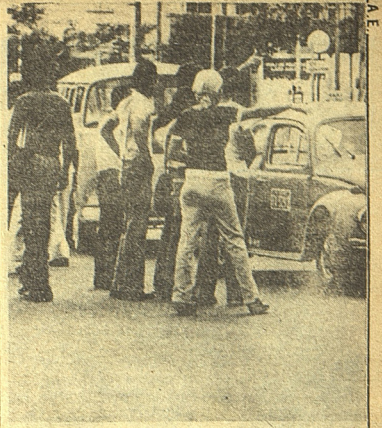
GREVES

• **MOTORISTAS** — Recife também parou. Mesmo sem a presença do presidente do seu sindicato, Manoel Ferreira, que se omitiu, a maioria absoluta dos motoristas de Recife paralisou suas atividades na madrugada de quinta-feira, reii 40% de aumento salarial imediato e mais 40% dentro de um mês.

«Não temos com quem negociar porque este grupo que paralisa os trabalhos não tem liderança», disse Carlos Alberto Gueiros, presidente do sindicato patronal, que se negou a fazer qualquer contato com os motoristas. Segundo os empresários, 2.500 ônibus trafegam diariamente em Recife e cem por cento deles estavam parados no início da manhã de quinta-feira. O comparecimento dos empregados na indústria e comércio foi de apenas 50% e a vida de Recife — assim como de uma dezena de cidades da área metropolitana — foi inteiramente tumultuada. Calcula-se que 80% da população utilizam o ônibus como transporte. Os trens suburbanos trafegaram superlotados durante todo o dia e os táxis cobraram preços extorsivos.

O governador Marco Maciel, que fez o relato da situação ao Ministro Murilo Macedo, entendeu que não houve formalização da greve, mas garantiu que receberia os grevistas «para ouvir suas reclamações». Eles, além de reivindicações salariais, exigiam a liberação de seis companheiros presos em piquetes e que nenhum deles fosse demitido no prazo de 90 dias.

• **ELETRICITARIOS** — Venceu dia 4, segunda-feira, o prazo de 10 dias que os eletricitários de São Paulo propuseram às empresas para que estas respondam ao



pretendido aumento salarial de 30% mais Cr\$2 mil. Nesse mesmo dia, os trabalhadores — que somam 18 mil na região — encaminharão a formação de comissões nas empresas e outros detalhes para a realização da greve que vem sendo organizada para o dia 1º de julho, caso as empresas neguem o aumento. Segundo o verificador de leitura Rubens Fandino, há 23 anos na Light, 54% dos eletricitários recebem salários médios de cinco mil cruzeiros: «Não dá nem pra pagar aluguel.» (Nilson Monteiro)

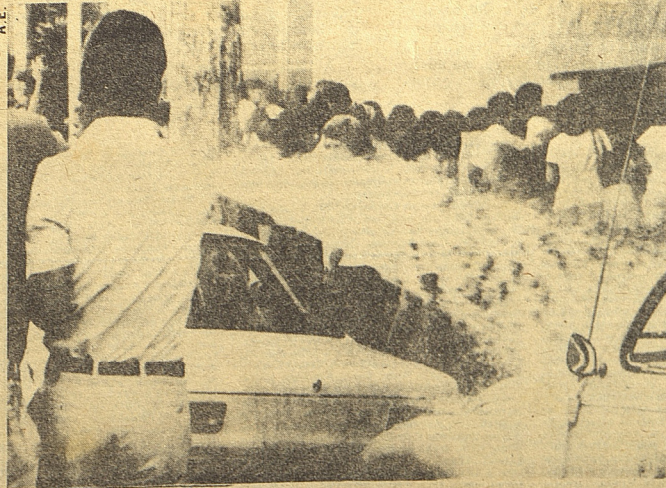
• **FUNCIONARIOS** — Para protestar contra «a política de arrocho salarial do governo, que nos deixou sem reajuste que nos permitisse enfrentar a alta do custo de vida», conforme carta aberta distribuída à população, cerca de 1.500 funcionários públicos de São Paulo realizaram uma passeata pelo centro da capital, seguida de ato público no Largo de São Bento, dia 29 de maio. (Hélio Falleiros)

• **METALÚRGICOS** — Neste próximo fim de semana*, os empresários do ABCD farão o primeiro pagamento após o acordo assinado por Lula, Marcílio e Lins e sacramentado pelas assembleias dos metalúrgicos no dia 13 de maio (ver Movimento nº 202).

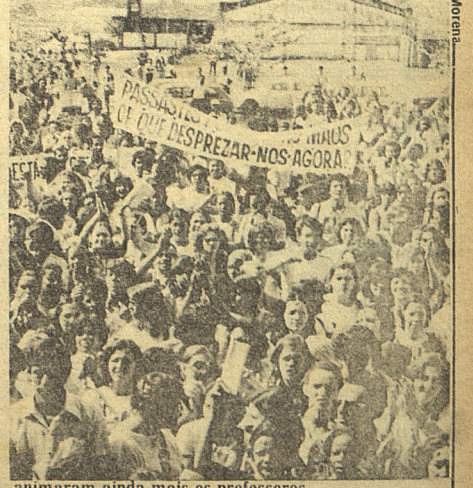
Pelo texto do acordo, deverá ser descontada do salário dos operários a primeira parcela da reposição dos dias parados. No entanto, há um problema: o nível de mobilização e revolta dos trabalhadores com o acordo é muito alto, e o próprio Lula vem repetindo — mesmo que diplomaticamente — que os trabalhadores devem parar se qualquer hora de greve for descontada. Em vista disso, muitas empresas estão tentando esfriar o ambiente. A Ford chamou Lula para oferecer um sistema de descontos em prestações «mais suaves», a Schuler e a Perkins, distribuíram boletins garantindo que descontarão efetivamente os dias parados... mas só a partir do mês seguinte. Uma das causas da cautela dos patrões: a indústria automobilística está com sua produção atrasada e não quer se arriscar a ver as fábricas paradas.

(RP)

* O pagamento nas grandes fábricas seria nos dias 9 e 10, sábado e domingo. Em vista disto, a Ford e a Volks, por exemplo, pagarão nos dias 7 e 8.



Os jatos d'água da polícia...



animaram ainda mais os professores

Elvira Algor



Por José Serra

A UNE ONTEM E HOJE

A UNE foi reconstruída e as forças que se opõem à redemocratização dizem que isso representa uma volta ao passado. Mas que passado? Em abril de 1964, a UNE foi atacada pelos golpistas não porque conspirava contra a democracia, favorecesse o capital estrangeiro, defendesse uma universidade elitista ou porque apoiasse as potências imperialistas

Hoje ao dar um passo decisivo para a reorganização da UNE, os estudantes fazem também uma contribuição fundamental para a reconstrução da democracia no Brasil.

O XXXI Congresso culmina uma resistência ao regime ditatorial que vem de longe, vem de antes do golpe de 1964, quando denunciávamos ao País inteiro a mobilização das forças reacionárias que, a pretexto de defender as liberdades, preparavam a emboscada que haveria de destruí-las. E a resistência que vem dos primórdios do regime, quando os estudantes puseram no ridículo a chamada lei Suplicy, que pretendia extinguir a UNE e instituir entidades pelegas, as quais, graças ao repúdio estudantil, nunca chegaram a tomar forma.

E a mesma resistência dos congressos estudantis do período posterior a 64, reunidos em meio à mais dura repressão, repressão que os presumidos salvadores da democracia não vacilaram em praticar. Foi a resistência ao decreto 477 que os estudantes derrubaram na prática, muito antes que o próprio regime decidisse se livrar dessa relíquia oprobriosa.

As forças que se opõem à democratização efetiva da sociedade dizem não aceitar a reconstrução da UNE porque isto representaria uma «volta ao passado». Mas, de que passado? Falam do passado anterior a 1964? Certamente muitos erros foram cometidos pelo movimento estudantil dessa época. Mas não foi devido a esses erros e sim a suas virtudes que, em 1964, a UNE foi devastada e incendiada pela repressão. A UNE não foi atacada porque conspirasse contra a democracia, porque favorecesse o capital estrangeiro, porque defendesse uma universidade elitista e obsoleta ou porque apoiasse as potências imperialistas e colonialistas. Ao contrário. A UNE, como expressão máxima do movimento estudantil, estava sempre à frente na luta pela defesa e ampliação das liberdades democráticas, na denúncia da desnacionalização da economia, na mobilização pela reforma da universidade, na solidariedade aos povos do terceiro mundo em suas lutas de independência e soberania.

Suas posições pela democracia se estendiam também ao campo social e econômico: por isso a UNE realizava uma imensa campanha de alfabetização e um importante trabalho de cultura popular. Apoiava todas as reivindicações contra a pobreza e os baixos salários, apoiava a reforma agrária. Levantava as grandes questões nacionais, procurava ser sua caixa de ressonância, denunciava-las, mobilizava a opinião pública pela sua solução. Nas vés-

peras do golpe, estávamos realizando um seminário em Manaus contra a devastação e a desnacionalização da Amazônia. Há 15 anos atrás. Este é um bom exemplo de como o regime fechado e autoritário só fez postergar e agravar pelo sufoco da repressão, a solução dos grandes problemas nacionais.

A UNE era uma entidade forte, responsável, democrática, representativa da grande massa estudantil, absoluta e altamente autônoma e independente do Estado e dos governos. Como isto doía aos seus inimigos, que eram os mesmos que conspiravam contra a democracia e que financiavam as campanhas de difamação da UNE e do movimento estudantil, para as quais chegaram a contar inclusive com a plena colaboração da CIA.

As posições da UNE doiam as classes conservadoras, que esperavam que os estudantes universitários, como minoria privilegiada que eram, fossem conestar a ordem econômico-social vigente. E as posições dos estudantes, no entanto, eram pela transformação dessa ordem, que consideravam injusta e opressiva para a grande maioria dos brasileiros.

E não eram os diretores da UNE que inventavam essas posições. Era a consciência coletiva dos estudantes que as ia soletando, à custa de muito debate, muita batalha.

Meus companheiros estudantes: Pertencem a uma geração que sabe o custo da palavra. Que não vê no gesto apenas o símbolo, mas também um instrumento efetivo de luta. A palavra e o gesto eram nossas armas. Nunca a repressão física ou o sufoco das idéias. Quem deflagrou a violência no Brasil, e a violência sistemática, aos corpos e às idéias, foi o golpe de 64 e o regime de exceção por ele engendrado, regime que tantos caminhos fechou, tantas barreiras antepôs à prática política democrática.

Nada mais descabido, portanto, do que negar agora a anistia para alguns dos opositores do regime autoritário sob o pretexto de que praticaram a violência.

Mas a anistia virá: virá ampla, geral e irrestrita, para permitir a todos o direito de participar da reconstrução democrática. Não esqueceremos a dor do exílio, as perseguições, as violências, a arbitrariedade.

Aqui estão famílias que viveram a agonia do quem sabe e do talvez, na busca de seus entes mais queridos. Não esque-

ceremos, não por revanchismo, mas porque será fundamental aprender do passado a fim de melhor saber construir o futuro, livrando o País para sempre do peso do despotismo, da repressão, da violência.

A memória dos que caíram seguirá presente. Desaparecido ou morto, Honestino Guimarães continuará sendo o companheiro nosso de cada dia, a recordar-nos o dever da resistência. A recordar-nos a necessidade da restauração e do aprofundamento da democracia.

E é isso o que os estudantes estão fazendo agora, com este Congresso. Reorganizando a UNE os estudantes demonstram, como também o fazem os trabalhadores, que temos que ir adiante e depressa. Que já não basta denunciar o autoritarismo nem somente pregar a democracia. Que é preciso viver a democracia, praticá-la, sem diálogos do passado a prometer a revogação do que já está revogado pela vida, como o AI-5 e o 477.

Assim, do mesmo modo que os trabalhadores, operários, bancários e funcionários públicos não foram perguntar a ninguém se o direito de greve era reconhecido pelo AI-5 ou se o é pelas leis de exceção que permaneceram, os estudantes também não pediram autorização a ninguém e pelas suas próprias mãos e pernas fazem seu congresso, reorganizam sua entidade máxima e preparam-se para assumir, no país inteiro, seu papel na eliminação dos restos do regime autoritário e na redemocratização da sociedade, a demonstrar que a nação, que é nossa, e não de um punhado de presumidos «donos do poder», exige que se aponte para um futuro de dignidade humana, de igualdade social e de democracia para seu povo.

Meus companheiros estudantes: A democracia virá e para mudar. Democracia para mudar. A luta dos estudantes de ontem e de hoje pelas liberdades políticas, pelo direito de organização de todas as classes sociais, pelo Estado de Direito, pela anistia, é inseparável de sua luta contra a desigualdade social, do seu empenho pela mudança de um estado de coisas em que o fausto de alguns poucos privilegiados contempla sob soberba indiferença a miséria de dezenas de milhões de brasileiros, permanentemente postergados do acesso à riqueza que produzem.

A democracia que queremos é um regime que permita ao trabalhador, aos par-

tidos, à imprensa, aos sindicatos, grupos de moradores, enfim à sociedade, que controle e fiscalize os governos, livremente eleitos pelo povo, isso não se poderá mudar as condições de vida desse povo. Precisamos de democracia para valer. Assumindo o compromisso de uma mudança efetiva na sociedade.

Hoje não são apenas os operários, trabalhadores do campo que sentem justiça no seu bolso com os magros salários. A classe média, o professorário e secundário, os comerciantes, dona-de-casa, todos sentem, pelo custo da vida, que os anos do «milagre» e da repensão só serviram a uns poucos, privilegiados.

Neste momento a nação paga o tributo dos anos do «milagre» e do desperdício que pagam são precisamente os que não desfrutaram: ou seja a grande massa salarizada e trabalhadora. E isto em benefício de um reduzido grupo de especuladores financeiros que realizam a mais táctica operação de agiotagem e improprios escorchantes aos consumidores e médios e pequenos produtores; isto em benefício das grandes empresas monopolistas que também especulam no mercado financeiro e defendem seus lucros aumentando seus preços. No centro dessa situação estão as multinacionais, atuando sem controle, e a finança internacional, beneficiada de sem cessar com o crescimento da dívida externa.

Nós queremos a democracia para um ponto final nisso tudo.

A participação dos estudantes neste processo é indispensável e inevitável. Tamos certos que as lideranças estudantis, como o têm demonstrado, serenamente, últimos anos, serão capazes de colocar em jetivos que são realmente apoiados pela população: liberdade, democracia, fim final ao medo e ao ódio, justiça social.

E o farão como participantes de uma UNE reconstruída, independente, soberana, democrática e forte, porque representativa da grande massa estudantil. Representativa a ponto de que os estudantes de todo Brasil de cada Faculdade, poderão dizer pulmões soltos: a UNE somos nós, força e a nossa voz.

José Serra, atualmente professor titular, foi presidente da UNE no período 63/64 e, devido ao golpe, viveu 15 anos em exílio. Este é o texto do discurso que abriu o Congresso da UNE, realizado em Salvador na semana passada:

REDAÇÃO:
Nacional São Paulo: Teodomiro Braga (editor), Armando Sartori (secretário), Roldão Oliveira (editor-assistente), Murilo Carvalho, Paulo Barbosa (reporteres), Adélia Borges, Bernardo Lerer, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Welfort, Percival de Souza, Reynaldo P. Leme, Ricardo Kotscho, Sérgio Buarque de Gusmão, Tânia Angarim (colaboradores). Brasília: Chico Pinto (chefe de redação), Vera Lúcia Manzollini (chefe de redação) Amaury Muller, Jaime Sautchuck, Vladimir Carvalho (colaboradores). Rio de Janeiro: Márcio Bueno (chefe de redação), Denise Cunha, Luiz A. Palmeira (reporteres): Aguiñaldo Silva, Maurício Azeite (editores-contribuintes), Carlos Leite de Mello, Dulce Tupy Caldas, Mário Fonseca, Mário Vitor de Assis Pacheco, Moniz Bandeira, Nelson Werneck Sodré, Roberto Ribeiro Martins, Tânia Coelho (colaboradores). Belo Horizonte: Aloisio Moraes, Cláudia Sampaio, Luis Bernardes, Marilo Albernar, Renato Godinho, Vilma Fazio. Salvador: José Crisóstomo de Souza (chefe de redação), Jádson de Oliveira (chefe de redação), Bone Simões, Graça Filadelfo, Luis Antônio, Marcos Luedy, Maria Isabel, Paulo Martins, Rogério Mendes (colaboradores). Recife: Luis Augusto Falcão (correspondente), Expedito Vieira, Marco Aurélio Alkblint (colaboradores). Porto Alegre: Marcos Klasmann (chefe), Daniel Herz, Valério Campos, Belém: Luis Makluf (correspondente), Curitiba:

Fábio Campana (correspondente). Goiânia: Antonio Carlos Moura (correspondente). Fortaleza: Luiz Carlos Antero (correspondente), Maceió: Aldo Rebelo (correspondente), Santos: José Meirelles Passos (correspondente).
Economia: Marcos Gomes (editor), Eduardo M. Suplicy, Jair Borin, José Serra, Paul Singer, Ricardo Bueno (colaboradores). **Cultura:** José Iadeu Arantes (editor): Caio Barcelos, Carlos Nelson Coutinho, Clóvis Moura, Emílio Chagas, Fernando Peixoto, Florestan Fernandes, Gilberto Galvão, Jean Claude Bernadet, João Augusto, José Antonio Sinch da Silva, José Louzeiro, Leandro Konder, Maria Cecília Garcia, Maria Elizabeth Viviani, Paulo Sérgio Pinheiro, Plínio Marcos, Robson C. de Camargo, Ruy Guerra, Solange R. Steves, Sônia, Luyton Tárk de Souza, Zulmira Tavares (colaboradores). **Internacional:** Flávio de Carvalho (editor); Flávio Diegues (editor assistente), Izalco Sardenberg, Maria Luiza Porto, Lauro Bandeira, Sérgio Suster (colaboradores); Aureliano Biancarelli e Alberto Villas (correspondentes Paris); Mário Chimonovitch (correspondente Tel-Aviv); Frederico Fulgaff (correspondente Berlim); Renato Rossi (correspondente Roma); Judy Butler (correspondente Nova York); Helena Salen (correspondente Lisboa). **Arte:** Chico Caruso e Aley (editores de humor); Jaime Leão (editor de capa); Elías Andreotto e Pedro de Oliveira (editores-contribuintes); Sérgio de Oliveira (secre-

tário de produção); Agostinho Gize, Alcebades, Angeli, Arnaldo, Artur, Iolanda Hussac, João Bittar, João Zero, Jota, Juca Martins, Kozzo, Luiz Carneiro, Laerte, Lucia Reggiani, Luiz Gê, Marlene, Paulo K., Peron, Ruben Grilo, Pesquisas Samuel Rodrigues (chefe), José Carlos Ruy, Miguel Coelho Jimenez. **Revisão:** Aurea Regina Sartori, Marlene Crespo, João Bosco Possidido, Júlio César Garcia, Luciano Machado. **Administração:** Francisco Marçhiglia (assessor-financeiro); Cassio M. C. Melo, Maria Leonor Viana, Silvio Barini Pinto (São Paulo), Heloisa Sampaio Costa (Belo Horizonte); Antonio Carlos Queiroz (Brasília); Antonio Carlos Batista dos Santos (Rio); Maria Elena Pereira (Salvador). **Arçdes:** Terezinha Gonzaga. **Departamento de Publicidade:** Jaime Pentecoste. **Departamento Jurídico:** A. Modesto da Silveira, Luiz Eduardo Greenhalgh, Márcio Ramos de Souza. **Departamento de Vendas:** Antonio Neto (chefe); São Paulo: Maria Amélia Telles (chefe); Enéas Rodrigues, João Bosco C. Possidido, Olivina Aparecida de Medeiros, Belo Horizonte: Susete Barbosa (chefe); Dalton D'Ávila de Paula, Vanda Piancercelli; Brasília: Antônio Carlos Queiroz (chefe); Artur C. Queiroz; Rio de Janeiro: Luiza Maria Santos, Sônia Rodrigues, Salvador: Luis Augusto Marques, Paulo Jackson Vilas Boas; Belém: Isabel Cunha, Tânia Bulhões; Campinas: Alvaro Antônio Caropreso; Campina Grande: Leimar de Oliveira; Campo Grande: Mauro M. Bittar; Curitiba: Márcio Anto-

nio Melo; Divinópolis: Rui Campos Tavares (chefe); João Carlos Paes; Goiânia: Pedro Celso Aguiar; João Pessoa: Walter Oliveira; Maranhão: José Martins; Maceió: Edberto Ticanelli; Arçdes: José Albuquerque; Manaus: Celso Rodrigues; Natal: Giovanni Rodrigues; Porto Alegre: Mar Belmonte; Recife: Luciano Siqueira; Belo Horizonte: Alberto Nunes, Geraldo de Almeida; Vicos: Carlos Dayrel, Sergio Gevaras; Belo Horizonte: Manoel Casado, Sérgio Ferreira; Vitoria, Tereza Souza de Oliveira. **Movimento** é uma publicação da Edição Editora de Livros, Jornais e Revistas. **Administração e Redação:** Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinheiro - Pinheiros, São Paulo, telefones: 210-6222 (Arçdes), 6744 (Sucursal Belo Horizonte); Rua Cotacatuense, sala 1410, telefone: 224-7605 - Sucursal Belo Horizonte; Edifício Márcia, sala 1007, telefone: 223-2400 - Sucursal Rio de Janeiro; Rua da Lagoa, 180, sala 100 - Pinheiros, São Paulo, telefones: 210-6222 (Arçdes), 6744 (Sucursal Belo Horizonte); Rua Cotacatuense, sala 1410, telefone: 224-7605 - Sucursal Belo Horizonte; Travessa Sete de Setembro, 159, sala 7, telefone: 224-7605 - Sucursal Belo Horizonte; Rua J. Beneditos, 180, sala 100 - Pinheiros, São Paulo, telefones: 22-5493 - Sucursal Salvador; Rua 133, Campo de Pólvora, telefone 243-0442 - Sucursal Salvador; Rua 133, Campo de Pólvora, telefone 243-0442 - Sucursal Salvador; Rua 133, Campo de Pólvora, telefone 243-0442 - Sucursal Salvador; Rua 133, Campo de Pólvora, telefone 243-0442 - Sucursal Salvador. **Assinaturas:** Rua 133, Campo de Pólvora, telefone 243-0442 - Sucursal Salvador. **Composto e impresso nas oficinas da Editora Editora Moraes, Rua Gastão da Silva, 89, São Paulo. Material internacional via**

A CRISE DO PODER MILITAR (I)

Reunidos em Paris, cientistas sociais de vários países debateram durante dois dias o tema «os militares e a política», procurando analisar a atuação das Forças Armadas enquanto «partido político». Movimento reuniu quatro cientistas que apresentaram estudos sobre os militares brasileiros e debateu com eles a natureza da crise militar no País e as conseqüências dessa crise na luta da oposição democrática.

Por Aureliano Biancarelli



Da esquerda para a direita: Aureliano Biancarelli, de Movimento, e os debatedores Eliezer de oliveira, Alain Rouquié, Antonio Carlos Peixoto e Manuel domingos Neto

nova na articulação das Forças Armadas como força política. E o problema também da corrupção. Tudo isso são conflitos internos e que procedem do exercício do poder. Desta permanência no poder decorrem divisões que são divisões próprias a um partido que exerce o poder. Isso não quer dizer que nós deixemos de lado toda a especificidade militar, mas existe qualquer coisa que me parece inteiramente nova, que é o uso do poder enfraquecendo o poder militar. Que é também a transformação de uma Força Armada que ocupava um poder moderador em uma Força Armada que depois de 15 anos reina e governa. Antonio Carlos — O que caracteriza as Forças Armadas hoje, é uma situação de impasse — que é determinada, simultaneamente, por processos que se dão na sociedade e na esfera política do país e que repercutem nas Forças Armadas e por processos que são internos a essas Forças Armadas. Os mecanismos postos em prática pelas Forças Armadas para o exercício do poder nunca funcionaram de modo estável. O caso mais evidente é o da sucessão presidencial. Desde 1964, cada momento de sucessão foi um momento de crise, mais ou menos intensa.

No momento, se nota uma certa retomada de iniciativa no quadro político por parte de grupos, de setores e correntes de opiniões que vêm se chocando com esse regime militar já há muito tempo. De outro lado, o agravamento de certas condições objetivas do processo de desenvolvimento brasileiro vem agindo no sentido de conduzir as Forças Armadas a um impasse. Vejamos: quais são as alternativas para o grupo que controla as Forças Armadas e que fala em nome delas? Uma transição em direção à democracia, pacífica, sem problema, sem tensões? Mas justamente o tipo de desenvolvimento brasileiro acumulou tantas e tais tensões na sociedade que essas tensões têm que se exprimir de alguma maneira; então um problema que se coloca para as Forças Armadas é o de não serem desbordadas por esse conjunto de tensões e movimentos. Então, efetuar uma transição segundo o gosto e segundo os critérios seja do Alto Comando, seja do governo Figueiredo, nas condições atuais é impensável. Porque isso seria não levar em conta tudo o que o governo brasileiro criou de contradições nos últimos anos. Em segundo lugar, como deter esse movimento? Mais uma vez empregar a arma da repressão? Ao invés de encaminhar a abertura, partir para o fechamento? Será que isso é possível nas condições do Brasil de hoje? E eu não levanto a questão apenas do ponto de vista da sociedade civil, mas será

que dentro das Forças Armadas um novo fechamento não iria causar traumas, não iria acentuar determinadas divisões que já se esboçam? Será que seria possível manter uma certa unidade militar para realizar esse fechamento?

De modo que eu penso que o que se coloca para as Forças Armadas hoje é justamente aquilo que faltou durante todo esse longo período: é admitir a legitimidade das reivindicações de grupos e de correntes de opiniões e correntes políticas que se opõem a esse modelo implantado no Brasil por esse regime militar.

Manuel Domingos — Eu gostaria de falar do desgaste sofrido pelas Forças Armadas nesses 15 anos de governo militar. Esse desgaste, na medida em que ele não solucionou, mas só agravou os grandes problemas da sociedade brasileira, acabou refletindo-se naturalmente no interior das Forças Armadas.

Mas é importante considerar também que esse regime militar levou as Forças Armadas a uma situação específica, provocando um desgaste dela própria, da sua imagem. As Forças Armadas brasileiras, o exército particularmente, sempre foi muito reputado. A carreira militar, desde a Proclamação da República, sempre foi uma carreira que atraiu a juventude brasileira. Depois de 15 anos de regime militar, esse desgaste é cada vez mais flagrante e as Forças Armadas começam a ser assimiladas pela primeira vez na história do Brasil como alguma coisa de extremamente reacionário, antinacional, eu diria mesmo de terrorista, na medida em que está ficando cada vez mais claro o envolvimento das Forças Armadas na tortura.

Eliezer Rizzo: Eu acho que as características das Forças Armadas nesse momento, considerando que a acumulação capitalista de 1964 para cá teve como ponto fundamental a segurança política que essas Forças Armadas garantiram, são as seguintes: em primeiro lugar, as Forças Armadas, embora em crise, continuam sendo o aparelho predominante no Estado. Não há indicação do contrário, embora, como conseqüência de um projeto que foi implementado a partir de 5 anos atrás, no começo do governo Geisel, haja uma ampliação do espaço político para outros setores sociais que não a burguesia monopolista e para outros aparelhos além da cúpula militar, como por exemplo o aparelho político partidário.

Não podemos achar que hoje a Arena e o MDB desempenham exatamente os mesmos papéis de 5 anos atrás, pois as dissidências e os conflitos aparecem até na

Arena de uma maneira muito mais clara, e com muito mais liberdade do que apareciam tempos atrás.

Um outro aspecto fundamental dentro das Forças Armadas é o seu aparelho ideológico principal, a Escola Superior de Guerra, onde se elabora a doutrina de segurança nacional. É possível que essa doutrina só continue existindo por falta de outras, e é também possível que esse momento de crise propicie o surgimento de um novo tipo de pensamento político militar. No entanto, embora tenhamos hoje poucas informações sobre ela, a ESG, continua desempenhando um papel ainda fundamental, continuando sendo o aparelho ideológico, uma escola onde se propõe a política do conjunto do Estado.

Uma terceira característica é que as Forças Armadas estão enfrentando o fruto da sua presença predominante no Estado, da sua vitória militar sobre a guerrilha urbana e rural: esse fruto é a estrutura da repressão. Isso não quer dizer que para derrotar, como de fato derrotaram do ponto de vista militar a guerrilha rural e urbana, tivessem necessariamente que adotar o tipo de estrutura que adotaram. Evidentemente que as posições político-ideológicas dos comandos militares que a definiram foram fundamentais para criar esse tipo de estrutura. Basicamente, ela consistiu em aniquilar as principais figuras desses movimentos revolucionários e para isso se organizou uma série de aparelhos que a imprensa já está cansada de denunciar, e nos quais a tortura tem um papel muito particular de coleta de informações e de aniquilamento dessas pessoas.

Um quarto elemento é o fato de as Forças Armadas estarem vivendo uma crise política. Aqui vou passar rapidamente porque já se falou da sucessão, e eu aproveito para reforçar dizendo que, de fato, muitos militares que ocupam ou ocuparam postos importantes no poder, sujaram as mãos efetivamente na tortura. Um outro elemento é que não há nem mesmo entre os oficiais, um consenso do modelo que o Estado capitalista brasileiro deve adotar, nem sobre a economia, nem sobre a política. O mesmo com relação aos partidos.

A partir desses elementos a gente pode dizer o seguinte: que o fundamental da crise política é que cada vez fica mais claro que a tão falada unidade militar não é muito importante para nós todos que pensamos a questão militar, mas é sobretudo um elemento fundamental para os próprios militares e para o próprio Estado. Esta unidade — nós temos que reafirmar — é um elemento inteiramente contraditório, ela significa na verdade a predominância de alguns setores militares sobre outros. Ela não quer dizer absolutamente que se tenha chegado a um consenso tal qual o nome às vezes nos dá a entender, isto é, falta de conflito, uma concordância absoluta. A unidade significa necessariamente a sua contradição.

NO PRÓXIMO NÚMERO:

Por que surgiram as dissidências militares?
Qual a importância dessas dissidências para a oposição?

Durante dois dias, 17 e 18 de maio, especialistas de vários países participaram em Paris de uma mesa redonda sobre o tema «Os militares e a política». Organizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas Internacionais, CERI, da Fondation National des Sciences Politiques e pela Maison des Sciences de l'Homme, a reunião vinha sendo preparada desde 1977 na formulação de uma hipótese de trabalho que deveria ser testada pela análise da atuação dos militares em vários países onde as Forças Armadas exercessem um papel político preponderante. Alain Rouquié, estudioso dos militares e principal organizador do encontro, partia do princípio de que os regimes militares não poderiam mais ser analisados enquanto fenômeno exótico ou patologia da vida política, uma vez que a ruptura da ordem constitucional por esses militares já é um fato generalizado entre os países subdesenvolvidos. Assim, os pesquisadores do CERI passaram a analisar as Forças Armadas enquanto força política, com características de funcionamento e organização próprias, ou seja, passaram a estudar os aspectos intrínsecos às próprias Forças Armadas.

Os militares brasileiros foram objeto de atenção especial da mesa redonda, pois 4 dos 21 relatórios apresentados falavam deles.

Em função da atualidade e importância desse problema dentro da atual conjuntura brasileira, num momento em que a desintegração do «consenso» político entre os militares é cada vez mais nítida, Movimento organizou em Paris um debate com os pesquisadores do caso brasileiro, numa das salas da Fondation National des Sciences Politiques.

Participaram o historiador Manuel Domingos Neto, que prepara tese de doutorado na Universidade de Paris III sobre a influência militar e estrangeira no Brasil durante a Primeira República; Antonio Carlos Peixoto, ex-professor da PUC-Rio, pesquisador do CERI, professor do Instituto de Altos Estudos da América Latina, onde estuda o debate político no seio do Clube Militar no período de 1950 a 1964; Eliezer Rizzo de Oliveira, professor da Unicamp, autor do livro «As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil — 1964-1969» (Vozes 1976), preparando tese na Fondation National des Sciences Politiques sobre os conflitos militares no governo Geisel; e Alain Rouquié, pesquisador do CERI, professor do Instituto da América Latina e da Escola Nacional de Administração, organizador da «mesa redonda», estudioso dos militares latino-americanos e especialista do caso argentino.

Movimento — O que caracteriza hoje as Forças Armadas brasileiras, considerando naturalmente o fato de que elas estão no poder?

Alain Rouquié — Me parece que nas circunstâncias atuais, as Forças Armadas no Brasil se encontram numa virada; eu diria mesmo que houve uma espécie de mutação devido ao exercício do poder. Em duas palavras, eu creio que as Forças Armadas no Brasil se transformaram realmente hoje em partido militar e que o enfraquecimento do poder militar brasileiro é devido a essa transformação. Antes de 1964, as Forças Armadas se dividiam segundo orientações políticas que refletem os conflitos da sociedade civil. Ora, o que nós vemos hoje? Vemos divisões no seio das Forças Armadas que não refletem mais diretamente os conflitos fundamentais da sociedade civil. São problemas próprios às Forças Armadas transformadas em força política. O problema do grupo do «Planalto», por exemplo, e tudo o que diz em suas entrevistas e em seu livro o general Hugo Abreu, me parece coisa completamente

UM GRANDE P

Pela primeira vez, depois de 1964, os estudantes
Foi o Congresso de reorganização da UNE, com a
estudantes decidiram que a diretoria da entidade

Azul e branca, a bandeira da UNE tremulou livremente sob a brisa forte da praia Boca do Rio, em Salvador. Debaixo dela, um mar irriquieta de jovens barbudos, pálidos em sua maioria, exaustos e ansiosos, mas sobretudo felizes. Apesar das longínquas viagens, da tensão a que a polícia os submeteu com as permanentes revistas nos ônibus, noites mal dormidas, provocações da extrema direita, extenuantes debates preparatórios, do calor e do incômodo de permanecerem sentados no chão, aqueles milhares de estudantes não conseguiram disfarçar o brilho de felicidade que iluminava cada rosto. Não havia como conter a emoção, repressa durante tantos anos. Era impossível não lembrar, a cada segundo, que a bandeira hasteada no imponente centro de convenções da Bahia fora queimada pela repressão em 1964, junto com a sede da UNE, no Rio. Uma cadeira vazia abaixo da bandeira lembrava todos aqueles que haviam preferido ver sua bandeira «rota na batalha» a que eles «servisse de mortalha», conforme lembrou um orador. Era a cadeira reservada para Honestino Guimarães, último presidente da UNE, morto pela repressão. Ele foi escolhido pelos estudantes como presidente de honra do Congresso, e seu nome era como uma palavra mágica capaz de, a cada vez lembrada, erguer os punhos fechados daquela multidão e o coro «abaixo a ditadura» ou «anistia».

Quando José Serra, presidente da UNE no período de 63/64, declarou aberto o Congresso, «em nome de todos nós estudantes de ontem e de hoje, de todos nós que lutamos para livrar a nação das amarras destes quinze anos de regime ditatorial», foi como se arrebetassem as comportas de um rio de emoções, de raiva e de felicidade. Aos gritos, os estudantes marcavam a sua conquista: «A UNE somos nós, nossa força e nossa voz». Serra, aclamado durante minutos, também levantou os braços e gritou, como se deixasse escapar ali as dores do exílio a que foi submetido, da sede incendiada em sua gestão, de ter visto companheiros «expulsos de suas escolas, exilados, presos e torturados». Genofino Neto, ex-diretor da UNE, que saudou os estudantes com os punhos fechados, também homenageou em seu discurso os «estudantes brasileiros que deram seu sacrifício, seu sangue e sua vida» em defesa de seus ideais.

Estava aberto o XXXI Congresso da União Nacional dos Estudantes, entidade criada em 1937 e que, durante toda sua história, destacou-se na defesa dos interesses do povo brasileiro. E que foi justamente por isso destruída no final da década de 60, pelo regime militar, conforme lembrou Serra: «Não foi pelos seus erros mas pelas suas virtudes que a UNE foi devastada pela repressão».

Na abertura estavam presentes vários parlamentares do MDB, entre eles os senadores Leite Chaves (PR), Henrique Santillo (GO) e Marcos Freire (PE), além de quase 60 deputados federais e estaduais, entre os quais o líder do MDB na Câmara, Freitas Nobre. Um deles, Mauro Braga (SP) chegou a viajar com a delegação paulista quase 50 horas, para garantir sua chegada. Os outros contribuíram com verbos, auxiliando na organização, tentando liberar as delegações detidas pela polícia etc. O centro da recepção aos estudantes foi a sede do MDB em Salvador. Havia representantes de dezenas de entidades, como os comitês pela Anistia, sindicatos de profissionais liberais e de trabalhadores. Mas a mesa não conseguia ler todas as moções de apoio que lá chegavam: Jorge Amado, Leonel Brizola, Assembleia Legislativa de Goiás, Prefeitura de Feira de Santana, Prefeitura de Olinda (o prefeito Germano Coelho foi ao Congresso), ex-dirigentes estudantil que estão no exílio (Jean Marc, Luis Travassos, Luis Guedes, Wladimir Palmeira, Daniel Araújo Reis), dos presos políticos Altino Dantas, Aldo Arantes Cajá e muitos outros.

A abertura do congresso da UNE foi,

enfim uma grande demonstração da unidade cada vez maior de forças contra o regime. Uma unidade que tende a crescer e fazer avançar o movimento popular.

Não se trata, porém de unidade absoluta. Pelo menos entre os estudantes, conforme ficou evidente durante quase 30 horas de debates, realizados na terça-feira, quarta e madrugada de quinta-feira: apesar da unânime discordância em relação ao regime militar, há importantes divergências a respeito de seus métodos de luta e da realidade atual. Foi como se, arrebatado o dique, as águas saíssem de um turbilhão, sem ter um leito mais definido para percorrerem. Os 15 anos de ditadura deixaram profundas marcas, reveladas no Congresso, tais como: faltam lideranças mais expressivas a nível nacional e mesmo regional, falta experiência na organização de debates tão amplos, a discussão política ainda não consegue ser devidamente aprofundada, falta organização em todos os níveis. São falhas que, com muitos esforços, os estudantes conseguirão superar. Ou melhor: já começaram a superar.

Foi um Congresso pobre de debates sobre a realidade brasileira, sobre as universidades, e sobre a própria organização do movimento estudantil. Dos seis grupos de debates (realidade brasileira, universidade hoje, eleições, estatutos e carta de princípios, lutas imediatas, comissões da UNE-Esporte, Imprensa, Cultural) que funcionaram na terça-feira a noite, os menos concorridos foram os dois primeiros. No plenário, raros oradores situaram suas análises dentro de um contexto mais geral da conjuntura brasileira, tornando-se tão repetitivos que os congressistas muitas vezes preferiram votar sem ouvir qualquer tipo de argumentação.

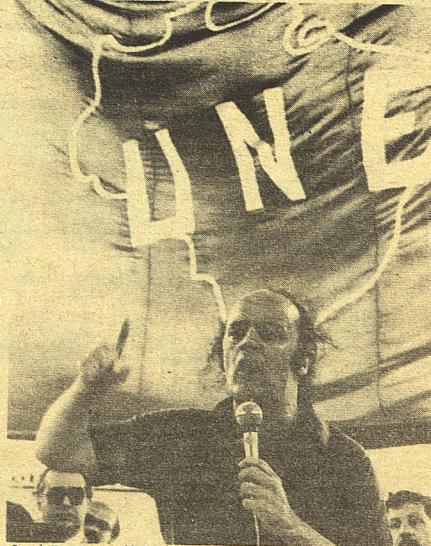
Eleições: o grande debate.

O debate sobre a forma de se escolher a direção da entidade foi o que polarizou as atenções, desde meses antes do Congresso. O assunto foi tão apaixonante, que pequenos grupos chegaram a trocar sopapos na defesa de seus pontos de vista. Na madrugada de quinta-feira, quando o assunto finalmente entrou em discussão e votação, a Comissão de Segurança temeu que a sessão plenária degenerasse num confronto físico, tamanha era a gritaria. As delegações gritavam: «eleições diretas, UNE pelas bases» ou «Viva o Socialismo, abaixo o populismo», ou «E hora, é hora, é hora, diretoria agora», ou «abaixo o conchavo, queremos eleições» ou «Um, dois, três, Massoca não tem vez» ou «Um, dois, três, Valdêlio não tem vez» (Paulo Massoca, de São Paulo, e Valdêlio Silva, da Bahia, eram os dois candidatos mais cotados para a presidência da UNE).

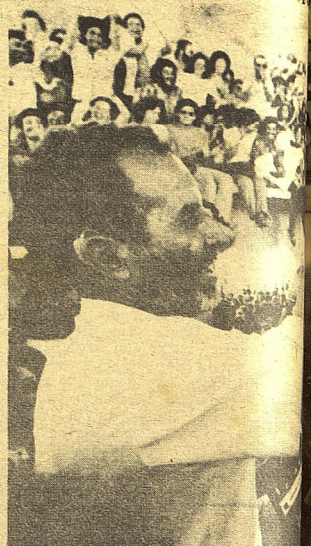
No final, venceu a tese apresentada por parte da diretoria da UEE de São Paulo argumentando que, devido à forma como as discussões preparatórias para UNE foram feitas, os congressistas não tinham representatividade suficiente para escolher uma diretoria efetiva. Aprovada a tese, o Congresso optou pela formação de encarregada de encaminhar as eleições diretas da diretoria da UNE em todo o País, no mês de setembro.

O estudante de medicina Alon Fezerwerker, do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, de São Paulo, foi um dos indicados para defender a tese da UEE. Seus principais argumentos: 1) Nas escolas não foi encaminhada uma discussão a respeito da escolha da diretoria ou de seu programa e a ampla maioria dos delegados não tinha «carta branca» para definir essa questão em Congresso; 2) diante disso, uma diretoria eleita no Congresso ficaria sem respaldo dos estudantes, repetindo erros anteriores, como a própria eleição da UEE-SP, quando houve um índice elevadíssimo de abstenções; 3) a grande quantidade de tendências políticas existentes no movimento estudantil, particularmente em São

CENTRAL



José Serra, o último presidente antes do golpe, abriu o Congresso



Um dos conyidados mais aplaudidos agrária



A forma de escolher a diretoria dividiu os estudantes: as eleições diretas ganharam



Reclamações, pequenos grupos em um Congresso democrático

Paulo, e seu comportamento muita s vezes sectário, acabou alijando o conjunto do s estudantes do debate e transformando as entidades em meros aparelhos de tendências, sendo necessário uma auto-crítica na prática, ou seja, trazer de novo os estudantes para o debate e a participação através das entidades. As eleições diretas para a UNE ajudariam neste processo. Mais de vinte oradores discursaram sobre o assunto. Entre os que defenderam eleições em Congresso, estava o estudante de Economia da Universidade Federal da Bahia, Marco Antonio, indicado pelo DCE, que disse: «A UNE não pode ser vista apenas no âmbito do movimento estudantil, mais dentro de toda a realidade nacional, da situação política que vivemos no País. Os movimentos populares continuam obtendo importantes conquistas, obrigando o regime a manobrar cada vez mais para manter o controle da situação, tendo em vista também a recessão econômica que está implantando e que fomentará ainda mais o descontentamento popular. Neste momento, é de fundamental importância que os movimentos populares tomem a iniciativa e procurem ampliar suas conquistas. E isso que a conjuntura exige e é aí que se coloca a UNE: adiar as eleições para o futuro significará ficarmos discutindo enquanto a ditadura age. O nível de consciência dos estudantes não crescerá com a discussão pura e simples, mas no processo de lutas

que uma diretoria poderá encaminhar em todo o Brasil. A representatividade de sua diretoria será conquistada na prática. Precisamos hoje de organismos fortes e capazes de organizarem e direcionarem o movimento popular».

Existiam outras teses a respeito do processo de eleições que, na verdade, era o coroamento de uma série de divergências existentes no seio do movimento estudantil, que vão desde os métodos de trabalho nas escolas até as análises das características da sociedade brasileira. Se não foram os focos das discussões, tais divergências ficaram explícitas em todo o congresso, desde a reunião preparatória da já extinta comissão pró-UNE, na segunda-feira. Um exemplo: entre outras coisas discutiu-se se o hino nacional deveria ser cantado na abertura do Congresso. Eduardo Albuquerque, do DCE da UFMG, analisou trechos do hino, procurando demonstrar que ele «não reflete sequer as lutas pela independência, expressando no conjunto as idéias da classe dominante de que o povo é dócil e pacífico». Propôs sua substituição pela música de Geraldo Vandré, «Caminhando e Cantando».

Outro estudante, da escola de medicina da UFBA, propôs que o hino fosse substituído por Paulo Massoca, da UEE de São Paulo, lembrou que a maioria dos estudantes ainda canta e respeita o hino, o que não significa um apoio ao atual regime, mas a

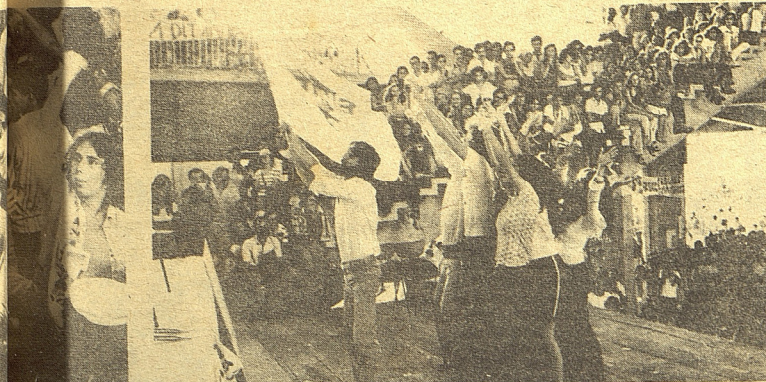
SSO À FRENTE

realizar um Congresso Nacional em liberdade. Com mais de três mil delegados. Depois de muitas discussões, os estudantes defendem eleições diretas, que serão realizadas em setembro.



Araguaia que defendem a reforma

Rui Cesar, presidente do DCE da UFBA, dirigiu habilmente a mesa



As comuns de A peça sobre a história da UNE foi encenada pelo grupo de teatro da UEE de São Paulo

naco. Um representante de Brasília lembrou o verso «se ergues da justiça a clava forte, verás que um filho teu não foge a luta», como ponto positivo. E outro, do Amazonas, lembrou: «não podemos nos distanciar do restante da população, que ainda canta e respeita o hino nacional». Por 19 votos contra 5, resolveu-se que o hino seria cantado, como aconteceu na abertura, apesar de uma minoria tentar impedir com gritos de «abaixo a ditadura».

Ainda na abertura, outro ariito: quando convidaram o senador Marcos Freire para ocupar a mesa de honra, uma parcela do auditorio o vaiou, deixando-o meio sem graça. Mas em seguida, as vaias foram sufocadas pelas palmas da maioria, o mesmo ocorrendo com o líder Freitas Nobre. O DCE da Bahia, diante das vaias que apareciam sempre que eram anunciados outros emedebistas, teve que lembrar insistentemente o apoio que os parlamentares haviam dado a realização do Congresso.

Atritos deste tipo e outros maiores sucederam-se até o final do Congresso, mas foram menores do que em outros encontros semelhantes. Estas divergências entre os estudantes são antigas, mas o Congresso de Salvador demonstrou que não são eternas e que algumas caminham para um fim, ou pelo menos um grande atenuamento. Não se está chegando a isto pelos debates, mas, principalmente, pela prática. O trabalho desenvolvido nas escolas nos últimos anos

os paulistas resolveram abandonar seus aliados que defendiam a eleição da diretoria da UNE no Congresso. O mesmo ocorreu com outros grupos.

O segundo grupo mais importante é o que está à frente dos DCEs das Universidades Católicas do Rio e de Minas Gerais, além da Federal do Espírito Santo, mantendo influência considerável nos Estados da Paraíba, Sergipe, Pará, Amazonas e Bahia. É semelhante ao primeiro no tocante às lutas estudantis, mas quer evitar radicalizações de qualquer tipo. Uma parte desse grupo, por exemplo, preferia o nome «Congresso de Reconstrução da UNE» a XXXI Congresso da UNE, para evitar acusações de «retorno ao passado».

O terceiro é muito semelhante ao primeiro, sendo quase impossível distinguir num programa onde estão as divergências, que ficam mais por conta do estilo de trabalho prático. Tem muita influência em São Paulo, onde ocupou as duas primeiras gestões do DCE livre da USP; e na Bahia, onde são conhecidos por Nova Ação. Estão nos DCEs das Universidades Católicas, Federal e Rural de Pernambuco. Tem grande influência também em Minas Gerais.

Existem outros três grupos, minoritários e com pouca influência em âmbito nacional. Um deles defende que a liderança estudantil deve se basear apenas na parcela mais mobilizada dos estudantes, só devendo satisfações a esta. Outro propõe com tarefa principal dos estudantes a criação de um partido operário. Talvez por defenderem estes pontos de vista é que tenham tão pouca influência e poucos delegados no Congresso.

Até setembro, todos esses grupos deverão se articular para compor as chapas. Além, segundo um dirigente de Goiás, o adiamento das eleições para setembro é uma artimanha de alguns grupos para poderem se articular melhor. Os que defenderam eleições agora, por exemplo, estava com chapas prontas e grande poder de influência. Até setembro ocorrerão eleições em vários DCEs do País, o que poderá alterar a correlação de forças. Verificou-se que os mais ardorosos defensores de eleições em Congresso eram provenientes de locais onde o movimento atingiu os estágios mais avançados de organização e as lideranças são mais representativas, com efeitos poderes de negociação em nome de seus colegas. Dois exemplos citados, neste sentido, foram os DCEs da Universidade Federal de Alagoas e da Universidade Estadual de Londrina. Mas para os que defendem eleições diretas, estes lugares são excessos e não representam a realidade nacional onde as lideranças precisam desenvolver um árduo trabalho para se consolidar entre as bases.

Os prováveis candidatos

Com os resultados de Salvador é difícil qualquer previsão sobre a futura direção da UNE, mas é seguro que a maioria de seus membros saíra dos três grupos apresentados acima. Além disso, começam a circular alguns nomes a nível nacional, que poderão estar nesta diretoria. São nomes surgidos nas dezenas de tentativas feitas entre as delegações para o comporem uma chapa de conciliação, mesmo que fosse provisória. Eis alguns nomes: Valdelio Silva, estudante do Curso de Ciências Sociais da Bahia, destacou-se a partir de 1975, quando ainda calouro, participou ativamente da greve contra o julgamento, uma das mais importantes do País naquela época. Como presidente do DCE da Universidade Federal da Bahia, liderou em 1977 a greve vitoriosa pela reabertura do restaurante universitário local. Também liderou manifestações em 1978.

Luiz Antonio Alencar Marinho Falcão — O Lula dos estudantes, é de Pernambuco, onde estuda economia. Vice-Presidente do DCE da UFPE, surgiu como candidato de conciliação, mas já no primeiro dia estava disposto a retirar sua candidatura em favor de Valdelio, no Congresso, apesar de falar

pouco, destacou-se pela oratória menos árida que a do conjunto e foi seu discurso, na sessão final, que causou os maiores tumultos:

«Dizer que eleição em Congresso não é representativa é jogar palavras no lixo, desprezar os antigos diretores da UNE, os que morreram para que aqui estivéssemos hoje» (preferia-se ao fato das eleições da UNE terem sido sempre feitas em Congresso, de forma indireta).

Paulo Massoca — UEE-SP, teve sua candidatura lançada pelos estudantes de São Carlos (SP), mas chegou a Salvador com um apoio bastante reduzido da delegação paulista (que tinha 597 delegados), manifestando disposição de ir mesmo para uma vice-presidência na chapa de Valdelio.

Marcelo Barbieri — Não chegou a ser cotado para a presidência, mas para cargos na diretoria. Tem 22 anos; estuda Administração de Empresas em São Paulo e é um dos diretores da UEE.

Alon Fezerwerker — Seu nome surgiu na terça-feira à noite, causando certa surpresa como indicação dos paulistas para o lugar de Valdelio. É estudante de Medicina em São Paulo e presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz. É conhecido principalmente pelos estudantes de Medicina, pela participação em encontros nacionais desse curso.

Reui Cesar Costa — Na quarta-feira à noite, todos os jornalistas que cobriam o encontro tinham como certa a sua eleição. Depois de um grande «conchavo», as tendências haviam concluído ser ele o único candidato capaz de realmente levar a uma conciliação. O próprio Valdelio renunciaria a apoiar Rui. O mesmo fariam outros candidatos, se fossem aprovadas as eleições indiretas. Rui destacou-se pela sua direção firme nos debates, como presidente do DCE da Bahia, sem contar o imenso trabalho de organização do encontro. Com 22 anos, é hoje o nome mais presidencial para as próximas eleições da UNE.

E agora, e agora?

Para muitos delegados que foram a Salvador, a reorganização da UNE sem a eleição de uma diretoria pode ser uma vitória para a metade, uma vez que todas as lutas aprovadas no congresso próximos meses. Para outros, as eleições diretas em setembro fortalecerão o movimento, uma vez que qualquer diretoria que saísse de Salvador não teria representatividade a nível nacional.

O fato é que o Conselho de Entidades proposto para dirigir a UNE até setembro enfrentará grandes dificuldades para encaminhar as lutas, assim como já aconteceu com a Comissão Pró-UNE. Além de atribuições pouco definidas, só a organização das eleições em meados de setembro será mais do que suficiente para absover todo o seu tempo reduzido também pelas férias de julho.

O mais importante a ressaltar, porém, é que a UNE foi reconstituída e que isso constitui um dos fatos políticos mais importantes do ano, abrindo inclusive perspectivas para que outros setores também se organizem a nível nacional.

O Congresso de Salvador também demonstrou, apesar da exaltação geral, que os grupos procuram hoje um mínimo de unidade para poderem levar suas lutas a nível nacional; demonstrou que apesar dos 15 anos de ditadura, os estudantes estão se capacitando para devolver a UNE a mesma tradição de lutas do passado. E que hoje senão tem o mesmo peso de antigamente (ao contrário de 68, quando os estudantes eram uma das poucas forças organizadas a nível nacional) os estudantes têm importante contribuições a dar à vida política do País, como lembrou o agricultor de São Felix do Araguaia. Para quem se espantou com as brigas e os gritos de Salvador é preciso que o rio ainda demora algum tempo para definir o seu novo leito e correr mais serenamente.

Mais de mil casas em Salvador abrem suas portas para receber, solidárias, os 6 mil estudantes que foram recriar a UNE. Uma vitória.

O MAIOR CONGRESSO DA HISTÓRIA DA UNE

Por Roldão Oliveira

Sábado, 26 de maio. Chega a Salvador a primeira delegação de estudantes que participará do congresso de reconstrução da União Nacional dos Estudantes: os estudantes do Amazonas, que haviam viajado quase uma semana de ônibus. A delegação seguinte é do Maranhão.

Domingo. Chegam as delegações de Pernambuco, Rio Grande do Sul e outras. A UNE já estava em andamento, através da confraternização, das articulações, dos debates. Até terça-feira, o dia da abertura do congresso, continuariam chegando grupos de estudantes de todos os cantos do País.

A maior delegação foi a de São Paulo, com trinta e quatro ônibus, sem incluir os estudantes que viajaram de carro ou de avião. Na abertura havia cerca de seis mil pessoas, das quais duas mil e trinta e quatro eram delegados eleitos e as outras observadores sem direito a voto.

A grande quantidade de participantes a princípio surpreendeu a organização do congresso, a cargo do DCE da Universidade Federal da Bahia. Mas os problemas que surgiram foram contornados quase que totalmente. Aliás, foi justamente essa capacidade de mobilizar e organizar que determinou a escolha daquele DCE como anfitrião do maior congresso já realizado em toda história da UNE. Conseguir alojamento e alimentação para pelo menos 4 mil pessoas (muitos participantes ficaram em casa de parentes ou eram mesmo de Salvador, ou preferiram ficar em hotéis) não foi uma tarefa fácil, principalmente devido à escassez de recursos. Só para fornecer oito mil refeições, (almoco) para os

congressistas em dois dias, a organização gastou cerca de quatrocentos mil cruzeiros. Os custos totais superaram a casa dos setecentos mil cruzeiros.

Obter recursos financeiros foi a tarefa mais difícil para os 500 estudantes que o DCE chegou a mobilizar no trabalho, todos voluntários. Semanas antes do congresso, lançaram a campanha «hospede um congressista da UNE em sua casa», através de cartazes por toda a cidade e anúncios no rádio e televisão. Os resultados foram excelentes: a população, mobilizada não apenas pela questão imediata da UNE, mas pelo vínculo que o DCE UFBA sempre procurou manter com ela, colocou mil residências à disposição. As delegações que preferiram ficar juntas alojaram-se em prédios da UFBA, apesar da proibição formal da reitoria, que também não tomou medidas para impedi-las.

Os recursos financeiros também foram obtidos junto à população através de pedágio, vendas de reguas, camisetas, rifas e shows onde os artistas não cobraram cachê algum (Diana Pequeno, Ivan Lins e Gonzaguinha entre outros). Um empresário de Salvador, que não quis ser identificado, ofereceu 30 mil cruzeiros para o DCE; outro, também anônimo, colocou 3 quartos à disposição, num bom hotel, caso os estudantes quisessem alugar algum convidado especial. Uma coleta entre os parlamentares de Brasília rendeu 172 mil cruzeiros. Deputados estaduais, vereadores e prefeitos contribuíram financiando a viagem das delegações.

Além das comissões de alojamentos e de finanças, funcionaram várias outras: im-

prensa, (com estudantes de Comunicação), jurídica (com intensa participação do Comitê Brasileiro da Anistia - BA), assistência médica (com médicos e estudantes de medicina, que, só numa manhã, atenderam 60 casos), segurança, cultura, almoxarifado, recepção e inscrição. As duas últimas trabalharam ininterruptamente desde o sábado, pois, com «blitz» policial nas estradas, as delegações não tinham horário de chegada. Essas comissões também contaram com o apoio da comunidade, que forneceu papel, canetas, remédios, máquinas de escrever mimeógrafos etc.

Essa conjugação de esforços entre as entidades e a comunidade foi possível também pela existência em Salvador do Trabalho Conjunto — uma espécie de grupo de trabalho que unifica dezenas de entidades, como o DCE, o CBA, o Movimento Feminino Pela Anistia, Clube de Engenharia, Instituto de Arquitetos, Associações de Economistas e Médicos Residentes. Sempre que necessário, todos se unem para levar adiante alguma tarefa.

O quartel general de todas as comissões foi a sede do MDB, um casarão no centro da cidade, onde as delegações eram recebidas, identificadas e encaminhadas aos alojamentos.

Apesar do governador jogar o encontro fora da cidade (o Centro de Convenções da Bahia fica a quase 20 quilômetros do centro), não conseguiu evitar que a vive fosse o clima de reconstrução da UNE. Além dos quatro mil estudantes hospedados em casas de família, circularem pela cidade com roupas muitas vezes sumárias, devido ao calor excessivo, o DCE, pichou os muros

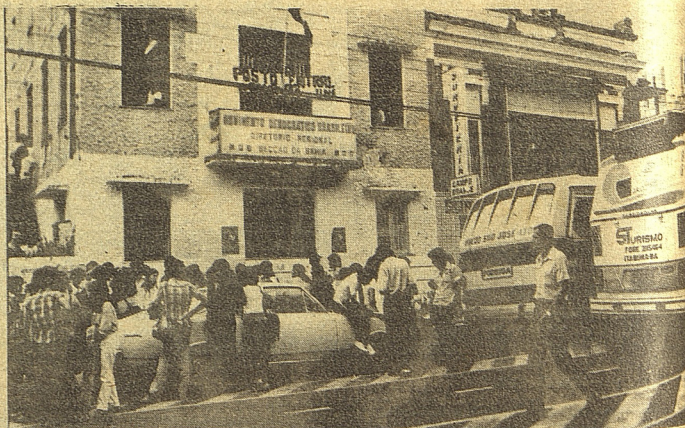
disponíveis e colocou milhares de cartazes anunciando a reconstrução da entidade, cinco jornais diários, de Salvador dedicaram páginas e páginas ao assunto.

No geral, em termos de organização os estudantes de Salvador deixaram uma imagem positiva.

A desorganização de parte do congresso ficou mais por conta das entidades que coordenaram as reuniões e da própria falta de experiência dos estudantes para debaterem em assembleias tão amplas. Uma das reuniões plenárias, a última, teve 4 horas de duração (das cinco da tarde à quarta-feira às 5 da madrugada da quinta). Um tempo terrível para quem tinha que permanecer sentado no chão duro do pé do Centro de Convenções: tão terrível que em certa altura, apesar da insistência quase desesperada de alguns dirigentes paulistas e mineiros, em particular, os estudantes não suportavam ouvir as argumentações em torno das propostas, votando mesmo sem debates mais profundos (nessa mesma reunião a comissão de alimentos distribuiu, em 35 minutos, 200 tangerinas, 200 pacotes de biscoito, 1000 paês e centenas de copos de leite para que os estudantes pudessem suportar até o fim da reunião que havia começado às 9 horas da manhã com uma interrupção das 13 às 17 horas. Na madrugada, copos plásticos de água foram jogados sobre a platéia sedenta, que mal conseguia andar pelo plenário. No geral, de acordo com a avaliação dos próprios estudantes, o saldo em termos de organização foi altamente positivo. Afinal, apesar das dificuldades, 6.000 estudantes conseguiram se reunir e recriar a UNE.



Tirar a roupa, alguns fizeram para combater o calor, que não impediu o grande consumo de alimentos.



A sede do MDB, transformada em posto de recepção

AS DECISÕES DO CONGRESSO

Pelo ensino, ao lado dos trabalhadores

O XXXI Congresso da União Nacional dos Estudantes, que recriou a entidade nos últimos dias 29 e 30, em Salvador, discutiu e aprovou a seguinte carta de princípios:

- 1) A UNE é uma entidade máxima e representativa dos estudantes brasileiros na defesa de seus interesses e direitos;
- 2) A UNE é uma entidade livre e independente, subordinada unicamente ao conjunto dos estudantes;
- 3) A UNE deve pugnar em defesa dos interesses e direitos dos estudantes sem qualquer distinção de raça, cor, nacionalidade, sexo ou convicção política, religiosa ou social;
- 4) A UNE deve prestar solidariedade à luta de todos os estudantes e entidades estudantis do mundo.
- 5) A UNE deve incentivar e preservar a cultura nacional e popular;

- 6) A UNE deve lutar pelo ensino voltado para os interesses da população brasileira de forma gratuita em todos os níveis;
- 7) A UNE deve lutar contra todas as formas de opressão e exploração e prestar irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores do mundo inteiro.

Os itens mais polêmicos foram o terceiro e o sétimo. No caso do terceiro, houve insatisfação com a decisão da UNE ter que defender qualquer estudante sem distinção de convicção política. Um estudante da UEE de São Paulo dizia durante o debate: «Recuso defender um estudante fascista ou nazista».

O sétimo artigo foi considerado avançado demais para o conjunto dos estudantes, não correspondendo à realidade, ou seja: os estudantes ainda não têm disposição para defender todos os tipos de exploração. A proposta derrotada dizia:

«A UNE é solidária com todos os povos do mundo que lutam pelo fim das injustiças sociais e por uma vida digna e livre».

A aprovação do sétimo artigo foi suficiente para que o *Jornal do Brasil* publicasse uma nota com o seguinte título: «Carta de princípios tem cunho socialista».

Além da carta de Princípios, o Congresso estabeleceu que as campanhas a serem levadas em todo o País, por todos os estudantes, a partir de agora serão: 1) contra o ensino pago; 2) por mais verbas par a educação; 3) pela anistia, ampla, geral e irrestrita; 4) pela filiação de entidades de base (diretórios e centros acadêmicos) à UNE; 5) por uma Assembleia Nacional Constituinte, soberana e livremente eleita; 6) pela defesa da Amazônia.

A maioria dos delegados que foram a Salvador estabeleceu ainda que a UNE terá como principal órgão de decisão o Congresso Anual dos Estudantes, que o segundo principal órgão será o Conselho Nacional de Entidades de Base, que poderá

ser convocado pelos diretores ou por um terço dela. Em terceiro lugar o Conselho Nacional de Entidades Centrais (uniões estudantis a nível regional, estadual e municipal e mais os diretórios centrais). E em último lugar ficará a diretoria da UNE, com poderes bastante reduzidos: A primeira diretoria será escolhida em setembro, através de votação em todo o País, direta. Até lá, a UNE será dirigida por um Conselho formado pelas seguintes entidades, conforme proposta da UEE-SP: DCEs das universidades federais da Bahia, Pernambuco, Minas, Rio Grande do Sul, Brasília, Pará, PUC do Rio de Janeiro e a própria UEE (esta terá dois representantes).

Quando forem feitas as eleições, os estudantes de pós-graduação também votarão, pois conforme decisão do Congresso, eles também fazem parte da UNE. Os estudantes secundaristas presentes em Salvador reivindicaram a mesma participação, não atendida. Os universitários consideram mais justo a organização dos estudantes a partir de suas bases para chegarem também a uma entidade de nível nacional.

LINHA DE PASSE

O CAMINHO CERTO DO GOL

O novo show de João Bosco cantando músicas suas, de Aldir Blanc e Paulo Emilio revela um trabalho maduro e bonito. Integrado nos novos tempos do Brasil.

Por Ricardo Bueno

O bêbado com chapéu-côco/fazia irreverências mil/prá noite do meu Brasil, meu Brasil/que sonhava com a volta do irmão do Henfil,/com tanta gente que partiu/num rabo-de-foguete./Chora nossa pátria, mãe gentil,/choram Marias e Clarisses/no solo do Brasil. Quando João Bosco encerra o show Linha de Passe, que estreou recentemente no Teatro Clara Nunes no Rio de Janeiro, com O Bêbado e a Equilibrista, a emoção que o espetáculo provoca atinge seu ponto máximo. A música vai assim pouco a pouco, virando uma espécie de hino nacional da anistia.

Mas nem só deste momento de beleza vive Linha de Passe. A obra da dupla João Bosco-Aldir Blanc é passada a limpo numa espécie de balanço do que foi feito até agora. E o que é feito é soberbo. Os temas políticos, por exemplo, são uma constante. Basta lembrar O Cavaleiro e os Moínhos (Arrebentar a corrente que envolve o amanhã/despertar as espadas/varrer as esfinges das encruzilhadas), O Ronco da Cuica (Roncou, roncou/roncou de raiva a cuica/roncou de fome.../alguém mandou/mandou parar) e duas músicas do novo LP sobre as patrulhas ideológicas. Uma delas Patrulhando (Mara) sobre a patrulha-odara. A outra Patrulhando (Masmorra) sobre as patrulhas políticas que têm a pretensão de enquadrar pessoas e defender verdades irrefutáveis.

Um outro prato saboroso fornecido pela dupla João Bosco-Aldir Blanc, agora reforçada com um novo parceiro, Paulo Emilio, que participa de 6 das 11 músicas do novo LP, está ligado à descrição do cotidiano dos morros cariocas. Algumas músicas são autônticas, como por exemplo Parati (do LP Linha de Passe) em que há esta jóia: Fui comer com o Claudionor/bolinho de bacalhau/Vi chegar a mil na contramão/rabecou do Instituto Médico Legal./Tive pena da Etelvina/chamei ela pruma dose. Hoje em dia nosso romance, morena,/tá mais azul que equimose.

Movimento fez uma linha de passe com João Bosco.

O resultado está aí:

Além dessas, o universo de João Bosco, Aldir Blanc e agora Paulo Emilio tem muitas outras faces. Flashes sobre a classe média, latin lovers, o carnaval para turista ver, etc, desfilam em Linha de Passe em que João Bosco, acompanhado de cinco músicos de primeira categoria e envolvido num cenário em que há desde esqueletos jogando bola até uma enorme pipa escrita anistia em vermelho, dá um show que quem puder não deve perder.

P - Linha de Passe está sendo considerado o mais polifônico dos seus discos. Você concorda com isso?

JB - Não. Acho que o disco é o fruto do trabalho de pessoas que mantêm a mesma

linha de pensamento e que tinham todo um envolvimento com o ambiente de exceção aqui do Brasil. O que eu diria é que Linha de Passe é um disco menos preocupado em teorizar do que discos que fizemos antes. Há menos preocupação em teorizar sobre censura, liberdade de expressão. O negócio é passar a aceitar a abertura como um fato consumado e usar isso.

P - Em Linha de Passe há duas músicas sobre as patrulhas ideológicas. Qual a relação entre elas?

JB - Bem são duas patrulhas diferentes. Algumas pessoas acham interessante, saudável colocar outras pessoas numa linha que não é a delas. Há uma patrulha muito clara, com muita luz, que é a patrulha odara. É outra muito escura, que é a patrulha ideológica. Em Linha de Passe nós constatamos esse fato. E não estamos interessados em patrulhar ninguém.

- Como é que você explica o fato de que sendo você e Aldir Blanc compositores de classe média, consigam captar tão bem o cotidiano do pessoal que mora nos morros cariocas?

JB - É, isso acontece no trabalho da gente, tanto a nível musical como a nível literário. Em Linha de Passe há, por exemplo, um partido—despacho como Boca de Sapo em que tanto a música como a letra caminham para uma coisa quase que primitiva, uma coisa de rua. Isso não se aprende na escola. Nós fomos formados em universidade, participamos da UNE do nosso tempo, tivemos preocupações científicas e em certa época eu e Aldir achamos até que tínhamos a solução para os problemas nacionais. Mas descobrimos que há uma formação mais forte, que é a do povo mesmo.

Aldir foi do Estácio e Vila Isabel, que ficam na zona Norte. Era de uma classe mas transou com outras. Eu vim de cidade do interior de Minas. Nas cidades do interior os vizinhos se falam, há contatos entre as diferentes classes. Eu desde cedo participei de programas de rádio, imitava aqueles antigos programas da Rádio Nacional, com o Caubi Peixoto. A minha transa portanto tem muitos envoltórios. Por trás disso tudo há meus papos no botequim as noitadas de futebol, coisas que se vai usando no trabalho. O mais vitalizante, enfim, no trabalho é você falar uma linguagem que você conhece bem.

P - Apesar de vocês trabalharem em cima de temas populares, vocês não conseguem atingir as faixas do público de renda mais baixa. Sidnei Magal ou Aguinaldo Timóteo têm mais acesso a esse público do que você. Milton ou Chico Buarque. Como é que você vê isso?

JB - Esse é um problema muito complexo. Varias coisas estão implicadas aí. Qualquer pessoa gosta de ver e ouvir alguma coisa que se relacione com ela. Mas, para isso, a pessoa tem que conhecer, ser apresentada a essa história. Você não pode comparar a veiculação de um trabalho de Sidnei Magal, a quem você se referiu, com a de um Milton ou de um Chico. O Chico não está disposto a fazer a nível empresarial o que outros artistas fazem com bastante naturalidade. É claro que eu como artista gostaria que meu disco fosse ouvido pelo País inteiro. Mas eu só estou disposto a ir até certo ponto para fazer o trabalho de divulgação. Além disso, é preciso ver a percentagem de música brasileira e música estrangeira que é executada. E dentro da música brasileira o percentual que é dedicado a um e outro tipo de música.

P - A luta é desigual, não há dúvida. Você tentou uma forma de aproximação com um público maior que foi música para novela. Funcionou? Vendeu a pena?

JB - Foi uma experiência fantástica. Conseguir com isso a aproximação com um público que me interessava. Você não pode ignorar a televisão; mas tem que saber usar o veículo e não deixar que ele te use. Desde que fiz o tema de abertura de O Astro (a música e Bujerías) recebi outros convites para fazer música de novela. Recusei. Acho que agora o momento não é de transar música para novela.

AMORA

A MÚSICA VIVA DO INTERIOR

Renato Teixeira com seu novo disco Amora, traz o gosto antigo das cidades do interior

Por Târik Souza

«Romaria» entoadado em êxito por Elis Regina há dois anos.

Minha música é da cidade pequena

«Amora», é o segundo LP desta «nova» carreira de Renato, agora apto a mostrar seu talento numa corrente onde é solitário representante. Os arranjos deste LP são de Luiz Roberto de Oliveira: uma despojada associação entre os sons regionais da viola de 12 cordas, viola caipira, acordeão, harmônio, rabeca e o latino charrango, somados a uma discreta eletrificação, via guitarra e piano elétrico, amaciados por metais ocasionais e violinos, violas e celos. Sua música já não se confunde com as fontes, como é possível observar no contraste do original com a regravação de «Canta Moçada» de Nhô Fio, Nono Basílio e Tonico, da dupla com Tinoco. O próprio Renato explicou isso no lançamento de Romaria: «minha música não é de roca, de campo, mas de cidade pequena, e é assim porque fui criado em cidade do interior e recebi, logicamente, todas as influências naturais da música ambiente.

Mas não é música caipira, porque se eu mergulhasse nesse gênero, não conseguiria fazer algo melhor ou igual, mas pior».

Fiel ao estilo narrativo dominante no gênero, Renato seria um interiorano que atingiu a universidade e fala de seu meio, olhando-o com um certo distanciamento crítico. Ele fotografa a cena folclórica, como em «Morro da Imaculada» («no morro da imaculada tem/ divino congada/ e mocambique também») ou testemunha sua herança em «Sina de Violeiro» («meu pai chegou aqui num fim de dia/ há muito tempo em cima de um cavalo / e era pobre e moço/ e só queria semear de calo/as mãos de plantador»). No entanto, é o estudante que viveu os «Madrugadas de 68» («E a gente se inventava/ como quem projeta cadeiras») e reconhece: «eu saí de Mato dentro/ tanto tempo já/ rodei mundo agora/ as voltas que o mundo me deu») («Mato Dentro»).

Com uma simplicidade poética que serve aos dois discursos (O sertanejo é o universitário), Renato assume o puro deslumbramento do caipira ante o frenesi urbano, esmiuçado emotivamente em «A primeira vez que eu fui ao Rio». Essa espécie de congenita inferioridade e paralisante admiração — tão bem retratada — que contribuíram para que a moda violateda do Centro Oeste levasse tanto tempo para trazer suas botas de couro e chapéu de palha para a sala principal do PBEA MPB. Enfim, a depender do sólido artesanato de Renato Teixeira, ela veio para ficar.

Do meio para o fim da década de 50 inicia-se a ascensão de uma camada universitária e intelectualizada que seria a condutora do processo conhecido por «linha evolutiva da música popular brasileira». Essa classe toma o poder através de um movimento organizado e esteticamente definido, a Bossa Nova. Isso acontece ao mesmo tempo em que o País implanta sua indústria automobilística, constrói Brasília e há um irresistível impulso de urbanização das correntes migratórias.

A Bossa Nova, com todos esses fatores é um movimento essencialmente urbano, nascido e caracterizado pela geografia cultural da Zona Sul do Rio de Janeiro. Seu discurso elitista, esteticamente conduzido numa direção unitária, no entanto, começaria a romper-se à medida que se incorporavam a ele universitários ou intelectuais com formação (e procedência) diversa da corrente principal da Bossa Nova. Entre os saudáveis dissidentes da uníssona urbanização e aristocracia de influências da Bossa Nova, Ernesto Vandré, paraibano, estudante de direito, foi o primeiro a procurar inicialmente soluções orquestrais mais despojadas e a seguir, ostensivamente, a embeber sua música nas raízes rurais. Marcos dessa iniciativa foram as gravações (ainda em 62) de «Canção Nordestina» e «Fica mal com Deus».

A primeira, uma toada levada apenas com solitário acompanhamento de um violão de harmonia e ritmo, tocada por Luiz Roberto de Oliveira. A segunda, uma cantiga de cego, em cadência de baião, com metais e coro dosados pela requintada simplicidade do maestro pernambucano Moacir Santos. Dentro da bossa nova era uma espécie de cisma, que não cessaria de incorporar-se com a adesão de Sérgio Ricardo e Edu Lobo, que empurrariam o movimento na direção de influências afro-brasileiras e também nordestinas.

Rogério Duprat e o Nhô Look

A ruralização proposta por Vandré alcançaria sua fase mais aguda a partir da incorporação dos anos de viola e queixada de em «Disparada» (66) que ostentava o subtítulo, hoje esquecido, de «Moda para Viola e Laço». Depois de Vandré, a chamada linha evolutiva da MPB só voltaria a ocupar-se do vasto e desprezado manancial da música caipira e sertaneja do Centro-Oeste brasileiro a partir de uma série de pesquisas — coroadas pela gravação do LP «Nhô Look» — promovidas pelo maestro tropicalista Rogério Duprat no começo dos anos 70, sob o impulso de uma empresa multinacional de tecidos, que pretendia lançar (com trilha sonora específica) um figurino baseado no bucolismo da vida campestre.

Organizadamente, portanto, o santista criado em Taubaté, Renato Teixeira é o primeiro a dedicar-se, de corpo e alma, à inclusão da música caipira/sertaneja na faixa universitária e intelectualizada da MPB. Suas primeiras tentativas de aparecer como compositor, no entanto, nem sempre foram nessa linha. A primeira, uma canção romântica, «Dá Maria», no festival de record de 1968, cantada por Gal Costa e Silvio Cesar e logo depois a quase valsinha «Benvinda», gravada por Roberto Carlos (seu único sucesso financeiro dessa fase) e tiros em quase todas as direções como comprovam os títulos: «a paquera», «Maria Bonita», «Enseada» (gravada por Ronnie Von), «Suely Avião», «Bye Bye» e «Teddy Boys».

Impossibilitado de viver de música, pela irregularidade de seus sucessos, Renato Teixeira foi viver de Jingles, tornando-se o habilidoso artífice de «A alma é ótima», «Boko Moko», etc. No festival da canção de 72, no entanto, Renato começava a firmar um caminho e inscrevia «Marinheiro», uma congada. Seu trabalho, «Paisagem», o LP lançado após o fic-72, já prenunciava o sabor pastoral que finalmente projetaria, em definitivo Renato Teixeira, com o hino

Abri Press



João Bosco: acertando na linha de passe



Renato Teixeira: o sabor vivo da Amora

CINEMA/VIETNÃ

Dois filmes sobre a guerra do Vietnã ganharam este ano os prêmios mais cobiçados do cinema: a Palma de Ouro, de Cannes, e o Oscar, de Hollywood

O PESADELO DA GUERRA

Por Dagomir Marquezi

«A guerra do Vietnã se transformou num elemento tão essencial na história americana quanto nossa guerra civil. Apocalypse now é cinema, é o próprio Vietnã». Palavras de Francis Ford Coppola, logo após exibir seu filme e pouco antes de saber que havia ganhado a Palma de Ouro de Cannes, juntamente com o alemão Volker Schoenlerdorff. Apocalypse now, uma viagem através da loucura e da morte pelas selvas do Sudeste asiático, faturava a Palma ao mesmo tempo que impressionava profundamente cada um dos que o assistiram, três meses antes de sua estréia mundial. Em maio, outro filme sobre a guerra havia ganhado 5 oscars, gerando mais polêmica que aplausos: The deer hunter (O franco-atirador), de Michael Cimino.

O Vietnã, enfim, está em cartaz. Quatro anos após ser derrotado por um «exército de camponeses», a grande águia já lambou suas feridas e seu povo já se sente em condições de se olhar no espelho. Com a diferença que todos os filmes anteriores sobre o Vietnã ou mentiram ou apenas procuraram registrar os efeitos da guerra nos próprios EUA.

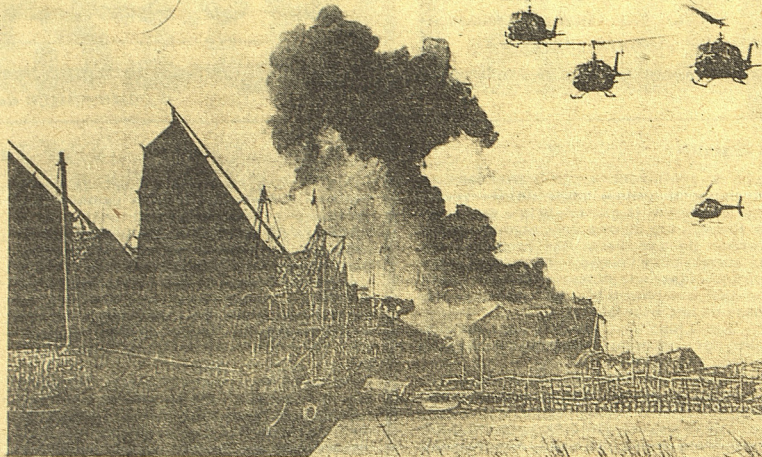
Apocalypse now não, muito pelo contrário. Segue as pegadas do horror e procura transformá-lo em sensações. «Começa como tantos filmes com uma história qualquer, mas depois a história passa a segundo plano. O importante passam a ser as sensações. Por exemplo, o que se sente estando num helicóptero que destrói uma aldeia». A história, bem resumidamente, é a seguinte: o capitão Willard (Martin Sheen) é encarregado confidencialmente de executar o coronel Walter Kurtz (Marlon Brando), que havia escapado ao controle das Forças Armadas e espalhava o terror pela fronteira do Camboja, comandando um pequeno exército de nativos.

Willard forma uma tropa de vietnamitas e hippies e sobe o Mekong sentindo na pele a insanidade de uma máquina militar des-governada. Coppola relembrou «200 coisas sobre o Vietnã que ele gostaria de colocar no filme». E foi colocando, «as margens do Mekong: tropas negras na linha de frente, hordas de adolescentes assassinos, o acesso a drogas e luxos domésticos, um show de coelhinhos da Playboy terminando numa tentativa de curra coletiva etc. etc.»

Para isso, Coppola filmou 336 horas originais reduzidas a duas e meia. Gastou 30 milhões de dólares em dois anos de filmagem, e teve um cenário enorme destruído inteiramente por um tufo. Apocalypse now, aliás, foi rodado inteiramente nas Filipinas, dada a sua semelhança geográfica com o Vietnã. E também pela similaridade de equipamentos utilizados pelos exércitos americano e filipino. A quantidade de armas utilizadas no filme alimentariam uma guerrilha por um mês, garantiu Coppola.

Uma superprodução, como muitos dos filmes realizados por Hollywood sobre a Segunda Guerra. Só que os filmes sobre a Segunda Guerra (com exceção de filmes muito recentes, como Matadouro 5 ou Artilharia 22) não se atreviam a colocar em dúvida as nobres intenções da intervenção americana contra a Alemanha, a Itália e o Japão. A Coreia não recebeu tratamento diferente. As produções norte-americanas mantiveram-se geralmente fiéis ao fantasma macartista, sempre sedento de bruxas para sua fogueira.

E veio o Vietnã, onde Tio Sam pediu água. «Fui o primeiro a tentar um filme sobre o Vietnã, desde 1969» — afirmou Coppola. Certo, já que desde pelo menos 1963 se fazem filmes (importantes) sobre o Sudeste asiático. Neste ano, o mesmo Marlon Brando havia filmado com George Englund Quando os irmãos se defrontam (The ugly american). O filme não mostrava especificamente o Vietnã, mas algo



Cena de «Apocalypse Now», de Coppola: fim da mentira?

muito semelhante chamado Sarkhan. Brando é o embaixador MacWhite, encarregado de atrair para a órbita americana o revolucionário Doeng (Eiji Okada). Ambos haviam combatido juntos o invasor japonês na Segunda Guerra. Acabam se desentendendo num momento de profundo anti-americanismo no País. Estoura a guerra civil e Doeng agarra-se aos conselheiros soviéticos e chineses, na época ainda de bem. Segundo o crítico René Jordan, «o trabalho de Brando não exime The ugly american de ser um filme ruim, uma tragédia sem catarse».

E enquanto o pau comia no Vietnã durante os anos Johnson, Hollywood se calou. Só voltaria a tocar no assunto em 1968 com o lamentável Os Boínas verdes («The green berets»). A mesma mentalidade tacanha com que John Wayne, o diretor, observava os índios transferiu-se para o Vietnã, onde os ferozes boínas-verdes transvestem-se em cavalaria e vão combater os apaches amarelos. O filme recebeu a consideração que merecia — nenhuma. Um cinema que o exibiu em São Paulo sofreu um atentado a bomba.

Em 1970 veio M.A.S.H., de Robert Altman. Não pode ser esquecido, apesar de passado na Coreia. Mas o alvo era bem outro: a disciplina militar e as razões éticas das guerras imperialistas norte-americanas. Um filme anarquista, de profunda repercussão, que acabou gerando um seriado para TV de certo sucesso.

Dois anos depois, quando a participação americana se revertia em tragédia (e glória, para os vietnamitas), Hollywood bocejou de sua letargia sonhadora e deu um Oscar de melhor documentário para Corações e mentes («Hearts and minds», de Bert Schneider). Foi a primeira abordagem direta do Vietnã enquanto problema: verificou com lentes limpas os estragos causados pela guerra no coração e na mente do povo americano. Contrastou a verdade com a imagem oficial do conflito,

abrindo contradições duras de se reconhecer na época. Iluminou o quanto pôde os preconceitos que envolvem o Oriente nas manifestações mais comuns da cultura americana.

Neste mesmo ano de 72, Elia Kazan realizou um filme de ficção de baixíssimo custo chamado Os visitantes («The visitors»). A trama, bem simples: um ex-soldado vive em paz com sua mulher numa casa de campo. Dois ex-companheiros de regimento o visitam de forma amistosa e são bem recebidos. O problema é que o visitado havia denunciado os visitantes como participantes de uma chacina ao estilo My Lai. Trata-se, é claro, de uma vingança. Mas quando ela vai ocorrer? O filme é mais uma obra de suspense do que de análise e não agradou nem crítica nem público. Mas serviu como reflexão: a lei da selva, aplicada pelos EUA no Sudeste Asiático transferia-se para o lar, doce lar.

Novo intervalo, só quebrado em 1976 por Inferno sem saída («Gottell the spartans»), filme estrelado por Burt Lancaster e que passou completamente despercebido por aqui. Como bem observou alguém, simplesmente um faroeste, um pouco mais sofisticado que o de John Wayne. O filme se baseia numa frase inscrita num cemitério repleto de soldados franceses: «Vá dizer aos espartanos que cumprimos nossa missão». O regime sul-vietnamita, certo, é exibido como o que era, na sua corrupção e truculência. Em compensação, os vietcongues são mostrados como fantasmas sem rosto, ocultos atrás de cada criança e de cada velho camponês. E os americanos como inocentes numa guerra que não lhes pertence e que nenhuma vantagem lhes trará.

Dois anos depois, defrontam-se pelo Oscar dois filmes muito semelhantes e muito opostos: no canto esquerdo, Amargo regresso («Coming home», de Hal Ashby). No direito. O franco atirador. O segundo ga-

nhou fácil, revelando que Hollywood ainda torce pelo «mocinho» e prefere apenas res-pear os «índios». Ambos trataram da mesma coisa, os estilos que a guerra devolveu para casa.

«Coming home» é muito mais uma história de amor com projeções simbólicas: por quem Jane Fonda se decidirá? Pelo marido conservador e paranóico, fiel soldado da U.S. Army? Ou pelo amante mutilado que se decide pelo pacifismo militante? Embalado por uma trilha sonora nostálgica neste reinado da disco-music (e que incluía Rolling Stones, Steppenwolf etc), Amargo regresso decepcionou porque se esperou demais dele. Deveria ser visto com menos pretensão. Digamos, como um Levy story de esquerda.

Já «Deer hunter» é tão rançoso e sacana que acaba dando muita dignidade a Amargo regresso. Escrito por Deric Washburn e dirigido por Michael Cimino (30 anos, ex-publicitário), Franco atirador faz com tintas pseudo-analíticas a apologia do heroísmo solitário e másculo. Macho men poderia ser uma trilha sonora. Em resumo, o filme conta a história de três operários siderúrgicos convocados para a guerra. Um deles se torna um inválido e o outro, mentalmente perturbado, adere ao que os autores do filme julgam ser uma mania nacional vietnamita: a roleta russa. Só se salva o grande herói Mike (Robert de Niro), caçador de veados com um só tiro. E ele quem tenta salvar seus dois amigos do erro de haverem trocado as plácidas montanhas de Pensilvânia pela selva vietnamita.

O Vietnã é tratado por Cimino em quatro cenas básicas. Na primeira, um vietcongue surpreende uma família de camponeses num alcapão e atira uma granada pela sua porta, sem dar tempo de ninguém sair. Na segunda, os heróis estão aprisionados como feras pelos guerrilheiros. Sob um retrato sorridente de Ho-Chi-Minh, são obrigados a jogar a roleta russa, enquanto seus algozes divertem-se em apostar quem vai estourar os miolos primeiro. Na terceira, os heróis estão (feticamente) a salvo num gentil hospital militar americano de Saigon. Na quarta, a atual cidade de Ho-Chi-Minh revela-se como um animalesco bordel, desses que são amarelos poderiam inventar.

«Deer hunter» acaba com os sobreviventes cantando «Deus abençoe a América». A mensagem é bem clara: deixem nossos rapazes caçando veados, não os metam mais com estes comunistas sem coração. Enquanto as lágrimas rolam grossas pela tela, ficamos à espera de «Apocalypse now». Ele parece significar o fim de um ciclo de timidez ou mentira. E parece marcar um novo período para Hollywood, mas sua forma de retratar, não sem dor, o passo atrás de um Império.



Jane Fonda e John Voight em «Amargo Regresso»: Hollywood preferiu o «mocinho»...



e escolheu «Franco Atirador» onde De Niro é o herói dos «bravos rapazes»

FLIPERMANIA

A moda da diversão eletrônica em debate: desenvolve ou embota?

Por

Maria Angela Jabur



Na Av. Ipiranga, enfrentando os apaches.

São Paulo, sábado à noite. Os flipperas — como são chamadas as lojas especializadas em diversões eletrônicas — estão lotadas.

Jovens e velhos participam da destruição de aviões, de competições automobilísticas em que veículos colidem, derrapam e saem da pista, da luta entre apaches, do bombardeamento de cidades.

Por falta de dinheiro para aprender ou somente pelo prazer de ficar observando, grupos se formam à sua volta. Três amigos apostam: quem fizer menor número de pontos pagará a partida.

Frente a um apache quase estático, Aldo Giancoli Junior tem os olhos fixos no movimento das bolinhas de aço, que controla ao apertar dois botões laterais. Sua finalidade: vencer a máquina. Se ganhar, o painel eletrônico mostrará uma quantidade de pontos superior ao estipulado por ela e seu prêmio será uma nova partida.

«O flipper descarrega. As vezes, se a gente não descarrega em máquinas, descarrega em pessoas». Com 20 anos cursa o terceiro colegial, joga há oito anos e quando pequeno, faltava às aulas e gastava o dinheiro do lanche em diversões eletrônicas.

Não é porém, o único estudante a agir assim. Marco Antônio, um psicólogo que trabalha diretamente com alunos de um dos colégios que lutam para combater a flippermania, afirma que diariamente alguns funcionários saem à rua visitam os flippers e lanchonetes, estrategicamente situados nos arredores, em busca dos «gazeteiros». Ao encontrá-los, levam-nos para se entrevistarem com o psicólogo. Se o incidente volta a se repetir, os pais recebem uma notificação.

O número de evasões chegou a tal ponto, que o Juizado de Menores de São Paulo, passou a receber constantes reclamações de professores solicitando alguma providência. E, no último dia 23, o juiz Milton Silveira baixou uma portaria proibindo menores de 18 anos de frequentarem casas de diversões eletrônicas situadas em uma distância inferior a um raio de 300 metros do estabelecimento de ensino.

Imediatamente, indústrias e comerciantes do ramo viram a estabilidade do negócio ameaçada e solicitaram uma reunião com o Juiz, na qual, expondo suas razões, pediram que o raio de distância fosse diminuído e a frequência liberada aos sábados, domingos e feriados escolares.

Não é apenas o prazer do jogo que leva pessoas ao flipper. Luciano, um rapaz de 17 anos, por exemplo, toda noite, após trabalhar oito horas como entregador vai ao «Flipper Set». Compra uma ou duas

fichas e muitas vezes nem joga. «Quando vou fazer entrega, muitos fregueses me botam fora do sério. Venho aqui, fico batendo o papo, vendo a turma jogar e acalmo».

O vício da flipperama ou flippermania, não é um fenômeno recente ou característico do Brasil. Os primeiros aparelhos surgiram em 1929, nos Estados Unidos, época da depressão econômica e grande tensão social. A partir daquela época, expandiram-se pelo mundo todo. Devido à sua intensa penetração no mercado, fabricantes norte-americanos passaram a se associar a outras entidades para a produção de modelos. A Bally, por exemplo, maior fabricante norte-americana, associou-se à Universal City Studios e está produzindo flippers baseados em Ciborg, o homem de seis milhões de dólares.

Pedro Secemski, diretor comercial da Diverama, uma das maiores empresas de flippers do Brasil considera essa aceitação como consequência da evolução da sociedade de consumo, que cada vez mais procura as máquinas. Acha ainda, um lazer necessário ao desenvolvimento motor e intelectual de crianças e jovens, pois os aparelhos simulam uma disputa entre o participante e os motivos apresentados pelas máquinas, onde ele é obrigado a se esforçar em aplicar sua destreza para ser o vencedor.

Agostinho Minicucci, livre docente de psicologia e com 18 obras publicadas sobre educação, não concorda com ele. Acha que o flipper, como todo sistema audiovisual, apenas imita a ação, sem realizá-la. Para que ele continue jogando, as máquinas, planejadas por psicólogos, não terminam o jogo, deixando insatisfeita a tendência humana de fechamento. Assim, o jogador não sentirá vontade de parar de jogar.

No caso de adolescentes, o flipper transforma-se em objeto de satisfação de uma carência afetiva e instrumento de inter-relacionamento com outras pessoas, pois nunca é uma atividade isolada. Como consequência, além de se afastar da realidade, o adolescente desenvolverá um comportamento essencialmente emocional, em detrimento do cognitivo (inteligente), que será aplicado em futuras situações problemáticas. Pode, também, tornar-se dependente da máquina e, mais tarde, facilmente a substituirá por outros tipos de jogos de azar.

Para explicar sua intensa procura, Minicucci leva em consideração a tecnologia que envolve a criança (TV, brinquedos eletrônicos) em substituição a brincadeiras operacionais (pega-pega, amarelinha) onde ela sublima suas tendências agressivas por todas as vias. O gosto pelas diversões eletrônicas, assim como pela discoteca, é uma extensão das brincadeiras infantis.

Minicucci, porém, não considera a flippermania como um fenômeno isolado e sim como parte de um contexto maior, onde está inserida qualquer atividade lúdica (diversão que nada acrescenta a quem a pratica). Segundo sua linha de raciocínio, o problema é educacional. Em nossa sociedade, trabalho e lazer são colocados em antítese, onde o primeiro significa desprazer, castigo e o outro, prêmio, diversão. A própria estrutura escolar, ao facilitar o aprendizado através de «macetes» e prêmios pela execução de tarefas difíceis, conserva o contraste, levando a criança a dar preferência a tarefas fáceis e encarar o trabalho como uma obrigação, da qual o jogo, a distração é recompensa.

Particularmente no Brasil, a própria condição de vida fornece um vantajoso campo à introdução do jogo de azar. Enquanto na Europa ele é circunscrito a cassinos, no Brasil, grande parte de sua arrecadação é feita entre a população de baixa renda. O nível cultural não permite um desenvolvimento lógico maior da população e, em consequência direta, aumenta o comportamento supersticioso, sem comprovação científica, insuflado pela perspectiva de ganho fácil, diante de um salário pequeno.

«No instante em que se começa a analisar o flipper como altamente pernicioso, deve-se também analisar o jogo em si, como a Loteria Esportiva e a Federal, que também são jogos de azar. O indivíduo não se entrega ao flipper, mas entrega grande parte de seu ordenado em outros jogos, quando poderia aplicá-lo em alimentação ou coisa semelhante».

Os sócios da cultura de massa

Armand Mattelart mostra como a «indústria cultural» norte-americana está ligada aos grandes monopólios na sua tarefa de mascarar os conflitos sociais.

Armand Mattelart é autor de numerosos trabalhos sobre ideologia e meios de comunicação. Francês de nascimento, trabalhou no Chile de 1962 a 1973 e atualmente leciona no México e em Paris. O conjunto de sua obra é o resultado de um trabalho sério de pesquisa, cujos títulos já deixam antever o tema central de suas preocupações: «Para ler o Pato Donald», «Comunicação de massa e colonialismo», «As multinacionais da cultura» e, agora, «Multinacionais e sistemas de comunicação». Enquanto em «Multinacionais da cultura» ele analisa basicamente as ligações da indústria do turismo (agências, hotéis, cheques de viagem) com as indústrias eletrônica e aeroespacial (grupo Sheraton-ITT, por exemplo), nesse trabalho mais recente ele expande essa análise para outros meios de comunicação, objetivando «precisar os contornos da objetiva ideológica das classes dominantes nessa etapa da acumulação internacional do capital». Essa ofensiva, nem sempre visível, chegou a ser denunciada por Salvador Allende na ONU: «E um ataque oblíquo, subterrâneo, sinuoso, mas nem por isso menos prejudicial ao Chile. Estamos diante de forças que operam na sombra». A presença da General Electric no mercado internacional, por exemplo, é tão antiga que chegou a merecer de Lênin o seguinte comentário: «É difícil encontrar no mundo uma única empresa elétrica que não esteja sob sua dependência». E consta, segundo Mattelart, que em curto tempo a GE colonizou mais de 30 empresas de seu ramo em diferentes países, mantendo ao mesmo tempo relações estreitas com grupos bancários e meios de comunicação dos Estados Unidos. No campo pedagógico, e especializada na produção de material audiovisual. Paralelamente as modificações ocorridas nos padrões de propriedade dessas empresas, foram surgindo interesses na produção cinematográfica, televisiva, editorial, etc., que permitiram, de um lado, a interferência no campo pedagógico e, de outro, maior controle do lazer. O lema «aprender rindo», uma evidente tentativa de mascarar o conflito de classes, foi excepcionalmente importante na TV. Apresentou-se «como uma alternativa tanto para o sistema de ensino tradicional como para a concepção igualmente tradicional da TV comercial, dominada por um conceito de lazer brutalmente dissociado da experiência cotidiana, produtiva». E nele se baseou a experiência Vila Sésamo, programa infantil conhecido mundialmente, sobretudo pelo exemplo de agressão cultural que expressou. Sua produção, comercialização e divulgação, incluindo a tradução, contou com a «colaboração» de empresas como Mobil Oil, RCA, Quaker, General Foods, Time-Life, Xerox, etc. Afirma o autor que, «concebida originalmente como paliativo para o atraso escolar e a marginalidade social das crianças pobres dos guetos das grandes cidades norte-americanas, Sesame Street tinha que se limitar a apresentar um quadro ideal de coexistência pacífica, inspirado ao mesmo tempo na utopia de reconciliação do poder dominante e em sua política de repressão às minorias étnicas». A ideia do programa, enfim, era a de que não há problema que não possa ser resolvido pela cooperação. Essa preocupação em amenizar os conflitos de classe dentro dos próprios Estados Unidos fica clara numa citação que o livro faz de um relatório da Fundação Ford: «A Fundação acredita que o problema mais sensível dos Estados Unidos é fornecer aos grupos minoritários e aos setores pobres o gozo pleno e integral dos direitos de cidadão, gozo que há muito tempo é objeto simultaneamente de promessas e recusas. O trabalho da Fundação orienta-se essencialmente nesse sentido». O livro mostra que nenhum setor da chamada «indústria cultural» escapou

ao processo de concentração industrial e de internacionalização da produção, levando o leitor a concluir que essa indústria se confunde em objetivos com a aeroespacial, eletrônica ou de materiais bélicos, tornando impossível hoje se pensar em condições concretas de produção. Essas condições, representadas pelo raio Laser, as fibras óticas e os computadores, podem substituir, por exemplo, o velho Superman por outro personagem mais atual. Da mesma forma que podem fazer-lo ressuscitar em belos vãos panorâmicos pelas telas de cinema do mundo todo.

(Ana Lúcia Garcia)

Armand Mattelart: «Multinacionais e sistemas de comunicação», tradução de Laymert Garcia dos Santos, Ed. Ciências Humanas, 288 páginas, Cr\$ 210,00.

A luta dos tupamaros contra o regime

Um dos filmes mais comentados dos últimos anos até hoje proibido no Brasil, «Estado de sítio», pode agora, pelo menos, ser «imaginado» pelo público brasileiro. Seu roteiro, já editado em muitas línguas, foi agora traduzido e publicado pela L&PM. A história se passa em Montevidéu, cercada por forças policiais à procura de um funcionário norte-americano (Dan Mitrone?) que havia sido sequestrado por guerrilheiros. Mostra principalmente o envolvimento e a submissão dessas forças policiais aos interesses norte-americanos na América Latina. Costa-Gravas, o diretor do filme, dirigira antes «Z» (1968) e «A confissão» (1970). Tradução de José Antônio Pinheiro Machado, 136 páginas, Cr\$ 130,00.

MARX E AS LETRAS

A criação artística e literária numa sociedade de classes, seus compromissos e limitações, é o tema do livro «Marxismo e literatura», publicado pela primeira vez na Inglaterra em 1971 e agora lançado no Brasil pela Editora Zahar. O autor, Raymond Williams, é professor de arte e literatura dramáticas da universidade inglesa de Oxford. Tradução de Waltensir Dutra, 216 páginas, Cr\$ 150,00.

INDIOS

Publicado pela primeira vez em 1967, «Índios e castanheiros», dos professores de antropologia Roberto da Matta e Roque de Barros Laraia, é agora reeditado pela Paz e Terra. Trata-se de um estudo sobre os costumes das tribos Suruí e Gavião, habitantes do Médio Tocantins, e seu contato com a empresa extrativa da borracha nos pré-fios (três), os autores e mais Roberto Cardoso de Oliveira atualizam alguns dados que constaram da primeira edição do livro. 208 páginas, Cr\$ 120,00.

LENIN

Nas livrarias, mais duas compilações de textos de Lênin. A primeira recebeu o nome de «Lênin no poder» e reúne seus textos escritos desde a época da tomada do poder pelos soviets, em 1917, até a sua morte, em 1923. Editora L&PM, 296 páginas, Cr\$ 165,00. A outra compilação foi feita pela Editora Polis, de São Paulo, que reuniu os textos de Lênin sobre sindicatos, greves e movimento operário em geral, escritos de 1899 a 1922. «Sobre os sindicatos» é o título desse livro, com 240 páginas e ao preço de Cr\$ 110,00.

Posseiro confirma: nossa reportagem é verdadeira

Em sua edição de nº 178, Movimento publicou uma reportagem do jornalista Murilo Carvalho — «Luta pela terra no sul do Pará» — que relatava a resistência de 13 famílias de posseiros da localidade de Barreira do Campo, no município de Santana do Araguaia, contra a fazenda Manah. O líder dos posseiros, Antonio Cabral, escreveu ao repórter relatando a repercussão que a matéria provocou junto as autoridades estaduais. Eis sua carta:

Cumpra-me mandar-lhe esta carta para informar como vão as coisas aqui. Nossas famílias vão indo regularmente,

lutando, mas vivendo a vida. De nossa questão nada foi resolvido, os andamentos continuam parados.

Outrossim, o seu serviço aqui foi útil. Eu estou com o jornal em mãos, esse que divulga nossos sofrimentos. Essa reportagem foi muito importante para nós aqui, lhe afirmo, amigo, foi muito comvente, porque levou ao conhecimento de todo mundo dentro do nosso Brasil.

Vale a pena lhe avisar que o governo do Estado do Pará mandou uma comissão de três homens com o objetivo de saber se aquela reportagem era verdadeira, ou se o senhor estava acrescentando a história. Mandaram me chamar aqui na roça, on-



Luta pela terra no sul do Pará

Composição valor de dez reais a mais para defender-se de todo tipo de invasão

Antonio Cabral confirmou para a comissão do governo do Pará a reportagem publicada em Movimento: «pedimos garantia de vida».



Murilo de Carvalho/Arquivo

Vendedor de cachorro-quente denuncia superexploração

Este documento tem a finalidade de levar ao conhecimento do público, autoridades, de qualquer pessoa que qualquer maneira possa ajudar nesta luta sem quartel contra a exploração do homem pelo homem. Ou ainda resumindo em uma palavra: contra a escravidão.

Tomem como exemplo a firma Jom Gêneros Alimentícios Ltda. Essa firma como tantas outras, tem como regra primordial sugar até a última gota de sangue de seus empregados, indiretamente e muitas vezes diretamente também de seus dependentes (pois muitas vezes os funcionários se vêem obrigados a levar para seus locais de trabalho os filhos ou esposas, sem receber da referida empresa). Nem salário-família, que é pago pelo INPS, é respeitável empresário entrega. Isso que do não acontece um infeliz acidente, qual todo trabalhador está sujeito. Para citar como exemplo o caso de um empregado, que trabalhando na Barra de

SUGESTÕES ZAPATA

CULTURA

- Armand Mattelart — Multinationais e sistemas e comunicação. Cr\$210,00; Para ler o Pato Donald. Cr\$110,00; As multinacionais da cultura. Cr\$100,00.
- Augusto Boal — Teatro do oprimido. Cr\$120,00; 200 exercícios para o ator e o não-ator. Cr\$90,00; Murro em ponta de faca. Cr\$100,00.
- Bernard Dort — O teatro e sua realidade. Cr\$230,00.
- Bertolt Brecht — A alma boa de Setsuan e Tambores da noite. Cr\$100,00; O círculo de giz caucasiano. Na Selva das cidades e A execução e a regra. Cr\$100,00; Os luzes da sra. Carrar e Mãe coragem. Cr\$100,00; O sr. Puntila e seu criado Matti e Luz nas trevas. Cr\$100,00; Galileu, o julgamento e a condenação de Luculus. Cr\$100,00; Terror e miséria do III Reich. Vão sobre o oceano e Baden-Baden. Cr\$100,00; Estudos sobre teatro. Cr\$170,00; Poemas. Cr\$103,00.
- Chico Buarque — Ópera do malandro. Cr\$150,00; Gota d'água. Cr\$100,00; Calabar. Cr\$70,00.
- Constantin Stanislavsky — A construção da personagem. Cr\$120,00; A preparação do ator. Cr\$120,00.
- Costa Gravas — Estado de sítio. Cr\$130,00.
- Dias Gomes — Teatro completo, dois volumes. Cr\$150,00.
- Ernst Fischer — A necessidade da arte. Cr\$150,00.
- Fernando Peixoto — Brecht, vida e obra. Cr\$100,00; Maiakovsky, vida e obra. Cr\$75,00.
- Ferreira Gullar — Um rubi no umbigo. Cr\$80,00; Vanguarda e subdesenvolvimento. Cr\$100,00.
- Gianfrancesco Guarnieri — Eles não usam black-tie e Gimba. Cr\$150,00; A semente. Cr\$120,00; O filho do cão e O cimento. Cr\$120,00.
- John Willet — O teatro de Brecht. Cr\$180,00.
- Jean-Claude Bernardet — Brasil em tempo de cinema. Cr\$120,00.
- Márcio Souza — Tem piranha no piratucu e Folhas do látex. Cr\$100,00.
- Milôr Fernandes — E, Cr\$90,00; Flávia, cabeça, tronco e membros. Cr\$90,00; A história e uma história. Cr\$90,00; O homem do princípio ao fim. Cr\$90,00.
- Oswald de Andrade — A morte e O rei da vela. Cr\$100,00.
- Peter Weiss — O interrogatório. Cr\$70,00.
- Plínio Marcos — Homens de papel. Cr\$60,00; Oração para um pé-de-chinelo. Cr\$50,00.

PSICOLOGIA, PEDAGOGIA

- Alexandra Kollontai — A nova mulher e a moral sexual. Cr\$80,00.
- A Kollontai, Samora Machel e outros — A libertação da mulher. Cr\$90,00.
- C.J. Jung — Fundamentos de psicologia analítica. Cr\$120,00; O eu e o inconsciente. Cr\$100,00; Psicologia do inconsciente. Cr\$100,00; Interpretação do dogma da trindade. Cr\$80,00; Tipos psicológicos. Cr\$250,00.
- Gari Rogers — Tornar-se pessoa. Cr\$210,00.
- David Cooper — Gramática da vida. Cr\$168,00.
- Georges Politzer — Crítica dos fundamentos da psicologia, dois volumes. Cr\$204,00.
- Heleneida Studart — Mulher, objeto de cama e mesa. Cr\$45,00.
- Luiz Antônio Cunha — Educação e desenvolvimento social no Brasil. Cr\$120,00.
- Maria Teresa Nidelcoff — Uma escola para o povo. Cr\$50,00.
- Michel Foucault — As palavras e as coisas. Cr\$100,00; Doença mental e psicologia. Cr\$116,00; História da sexualidade. Cr\$170,00; Vigiar e punir. Cr\$170,00; O nascimento da clínica. Cr\$150,00.

- Paulo Freire — Educação como prática da liberdade. Cr\$110,00; Pedagogia do oprimido. Cr\$130,00; Acao cultural para a liberdade. Cr\$100,00; Extensao ou comunicacao?. Cr\$90,00; Conscientizacao. Cr\$80,00; Cartas a Guiné-Bissau. Cr\$110,00; Multinationais e trabalhadores no Brasil. Cr\$170,00; A mensagem de Paulo Freire (textos). Cr\$144,00.
- R.D. Laing — Razão e violência. Cr\$90,00; Laços. Cr\$60,00; O eu e os outros. Cr\$100,00; A política da família. Cr\$120,00; A política da experiência e a Ave-do-paraiso. Cr\$90,00.
- Roberto Freire — Viva eu, via tu, viva o rabo do tatu. Cr\$140,00.
- Wilhelm Reich — A revolução sexual. Cr\$150,00; A função do orgasmo. Cr\$150,00; Psicopatologia e sociologia da vida sexual. Cr\$150,00; Irrupção da moral sexual repressiva. Cr\$170,00; Escuta Ze Ninguém!. Cr\$95,00; Psicologia de massa do fascismo. Cr\$140,00; O combate sexual da juventude. Cr\$90,00; Materialismo dialético e psicanálise. Cr\$105,00; O que é consciência de classe. Cr\$54,00; Casamento indissolúvel e relação sexual duradoura. Cr\$54,00.

LITERATURA POLITICA

- Alejo Carpentier — O século das luzes. Cr\$110,00; Literatura e consciência de classe na América Latina. Cr\$70,00.
- Antônio Callado — Passaporte sem carimbo. Cr\$100,00; Quarup. Cr\$250,00; Vietna do Norte, advertência aos agressores. Cr\$120,00.
- Antônio Marcello — Ensaio Geral. Cr\$95,00.
- Augusto Boal — Crônicas de nuestra América. Cr\$50,00; Jane Spillire. Cr\$55,00.
- Augusto Roa Bastos — Eu, o supremo. Cr\$180,00.
- Eduardo Galeano — Velas abertas da América Latina. Cr\$170,00; Vozes e crônicas. Cr\$120,00; Camada de nossa gente. Cr\$110,00; Vagamundo. Cr\$90,00; Dias e noites de amor e de guerra. Cr\$120,00.
- Erico Verissimo — Incidente em Antares. Cr\$320,00; O senhor embaixador. Cr\$260,00.
- Ernesto Cardenal — Salmos. Cr\$120,00.
- Fernando Morais — A ilha. Cr\$70,00.
- Graciliano Ramos — Memórias do cárcere, dois volumes. Cr\$215,00.
- Ho Chi Minh — Diário da prisão. Cr\$65,00.
- Howard Fast — Sacco e Vanzetti. Cr\$80,00.
- Ignácio de Loyola Brandão — Cuba de Fidel. Cr\$80,00.
- John Reed — 10 dias que abalaram o mundo. Cr\$90,00; Mexico rebelde. Cr\$100,00.
- Jorge Amado — Os subterrâneos da liberdade, três volumes. Cr\$375,00.
- Jorge Escosteguy — Cuba hoje. Cr\$162,00.
- Manuel Scorza — Bom dia para os defuntos. Cr\$120,00; Garabombo, o invisível. Cr\$120,00.
- Mario Vargas Llosa — Conversa na catedral. Cr\$180,00; Os chefes. Cr\$85,00; Tia Julia e o escrivinhador. Cr\$165,00; Pantaleão e as visitantes. Cr\$90,00; Batismo de fogo. Cr\$105,00.
- Maximo Gorki — A mãe. Cr\$120,00.
- Moema Viezzer — Se me deixam falar. Cr\$130,00.
- Pablo Neruda — Confesso que vivi. Cr\$150,00; Ainda. Cr\$70,00; Antologia poética. Cr\$80,00; Vinte poemas de amor. Cr\$84,00.
- Pedro Casaldáliga — Antologia retirante. Cr\$120,00; Creio na justiça e na esperança. Cr\$120,00.
- Renato Tapajós — Em câmara lenta. Cr\$145,00.

de nos encontrávamos na casa do sr. Evi-lázio, em Barreira do Campo e ficaram cientes de que o senhor reportou o que é verdade. Eu disse, falei, contei, e eles gravaram, escreveram tudo quanto eu disse naquele dia. Chegou a ponto de eu pedir a eles que dissessem ao governo que nós estávamos pedindo garantia de vida.

Certo, amigo, de que o seu jornal sustou as atividades de quem vive de braços cruzados, atenciosamente, vai meu sincero abraço, e meu muito obrigado pelos seus trabalhos que muito nos ajudaram.

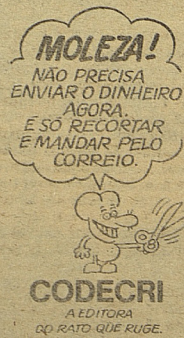
Antonio Nunes Cabral Sucupara Santana do Araguaia - PA

Agora em livro a história do homem que não quis vender o povo brasileiro.

Roteiro completo do filme. Artigos de Geraldo Sarno, Orlando Senna, José Carlos Avellar e Robert Gréllier.

Dados biográficos e revelações inéditas sobre Delmiro Gouveia.

Compre hoje mesmo, nas livrarias ou pelo Reembolso Postal.



EDITORA CODECRI — Serviço de Reembolso Postal
Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
22.071 — Rio de Janeiro — RJ

Queiram enviar-me o livro "Coronel Delmiro Gouveia", ao preço de Cr\$ 140,00.

Nome: _____

Endereço: _____

Profissão: _____ Idade: _____

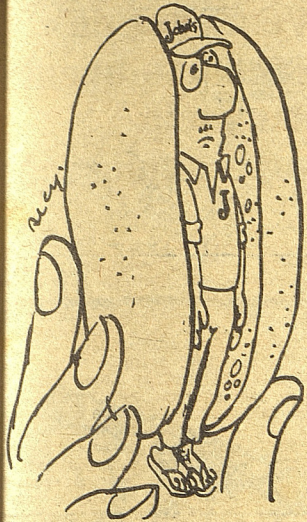
CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura: _____

BASTA ESCREVER PEDINDO LIVRARIA ZAPATA

Rua Dr. Cesário Mota Jr., 285.

Tel. 222-2861 - CEP 01221 - São Paulo, SP.



que ir até a sua casa em Austin. Ele ia preparar a comida dos filhos menores, pois sua esposa havia caído do ônibus e quebrara a perna.

O trabalhador deixara seu filho no «trailer», e ao tentar acender o fogo, a ingênua criança (dez anos!) sofreu queimaduras no rosto, que por sorte não causaram maiores danos, a não ser muita dor e várias manchas na face. Mas a empresa não tem culpa nenhuma, pois o vendedor só é obrigado a trabalhar na escala 24 por 24 horas! As vezes direto, quando o parceiro falta.

Caso não aceite as condições de trabalho e queira sair, o empregado é obrigado a aceitar um acordo amigável, feito da seguinte maneira: o empregado recebe o 13º salário na base do salário mínimo em carteira, quando ganha na realidade somente 10% de comissão sobre as vendas, sem o salário, que é fictício. Além disso, recebe férias proporcionais referentes ao período em que trabalhou e o Fundo de Garantia, que é calculado no ato do «acordo», pois a empresa não o deposita como manda a lei.

Feito o «acordo», o empregado assina a rescisão do contrato e recebe o que lhe coube por vontade do patrão. Mas não pense que recebe em dinheiro, mas sim em «vales de crédito» da empresa, que são reconhecidos exclusivamente por ela. E às vezes nem por ela. Esses vales são pagos parceladamente, dependendo o número de parcelas do valor do vale (quanto mais receber, mais parcelas).

Ao escravo, digo, ao empregado que não aceitar o acordo é dado o direito de recorrer à Justiça do Trabalho. Mas as leis, interpretadas por mentes tão maquiavélicas, tornam-se lentas e penosas para o empregado, pois procuradas e achadas as falhas da lei, são usadas das formas mais proveitosas possíveis para o patrão. E não para af. Imediatamente há o desligamento do empregado, sendo ordenado contra ele um boicote. É enviada comunicação a outras empresas do ramo, para que não admitam em seus quadros os constantes nas «listas negras», por se tratar de rebeldes contra o sistema.

Esta é a verdadeira situação dos vendedores de cachorro-quente na orla marítima.

Eu e um grupo de companheiros desempenhamos o papel de rebeldes contra o sistema. De minha parte posso afirmar que lutarei até o fim. Esta é a arma da qual lanco mão, e outras virão se me forem dadas oportunidades como esta (denunciar a exploração que sofri e que muitos continuam sofrendo), que foram concedidas através dos advogados Arthur Mudonnet e João Ferreira, que compraram esta briga; compraram não, essa luta é de todos que se digam humanos, independentemente de raça, credo, classe social, nível cultural etc.

Eduardo Novaes Souza
Rio de Janeiro - RJ

Maoísmo e leninismo, rumos diferentes

Durante certo tempo acreditei que as «contribuições» de Mao Tsé-Tung fossem avanços na teoria revolucionária da classe operária e deixei de ver algumas questões graves que desmentiam isso inteiramente.



Como essa falta de vigilância e mesmo dificuldade de analisar com espírito crítico, e científico, foram bastante generalizadas, vou procurar levantar alguns pontos no sentido de colaborar com esse estudo.

Na análise das contradições, Mao destaca uma contradição principal: «se um processo abrange várias contradições, há uma delas que necessariamente é a principal, e que representa o papel dirigente, determinante, quando as outras ocupam somente uma posição secundária, subordinada». Diz ainda: «não há absolutamente qualquer dúvida de que para cada uma das etapas do desenvolvimento do processo, só existe uma contradição que representa o papel dirigente... «no momento em que esta é encontrada, todos os problemas facilmente se resolvem». (Sobre as contradições)

Embora se deva reconhecer que entre as contradições em um processo umas são mais e outras menos importantes, essa separação simplista entre uma contradição chamada principal e outras secundárias não me parece verdadeira.

Algumas contradições fundamentais caracterizam a etapa em que vivemos: a contradição entre o capitalismo e o socialismo, entre a burguesia e o proletariado, entre os povos e o imperialismo, e as contradições entre os imperialistas entre si. Embora elas assumam, de acordo com o desenvolvimento real, posições e importância diferentes, formam um conjunto e não podem ser resolvidas isoladamente.

Ao contrário disto, Mao considera que em nossos dias a contradição principal é entre o imperialismo e os povos, que mais tarde ele transformou na contradição entre os povos e países de todo o mundo contra o hegemonismo soviético, e condiciona tudo à resolução desta contradição: defende então a união entre o proletariado e os povos com seus opressores, com a burguesia e latifundiários e inclusive com o imperialismo norte-americano, contra a ameaça da União Soviética.

Ao abandonar a análise científica, com sua «Teoria dos três Mundos», deixa de lado a luta de classes e a luta pelo socialismo, substitui o imperialismo pela política hegemônica, tergiversa sobre a etapa atual, do imperialismo e da revolução proletária, transformando-a na etapa do hegemonismo e da luta pela independência nacional, na qual a burguesia ocupa o lugar central.

Além disso, a idéia de que apenas uma contradição permite em cada etapa resolver todos os problemas, é uma visão mecânica, linear, como se as coisas fossem como o jogo de dominós, onde a derrubada do primeiro leva à queda do segundo, depois do terceiro, e assim por diante, quando na verdade as coisas estão ligadas, dependem umas das outras e condicionam-se reciprocamente.

Em relação à contradição e ao antagonismo, Mao parte de que «certas contradições originalmente antagonicas evoluem para não antagonicas» e ao analisar em 1957 a situação da China, diz que: «a «contradição entre a classe trabalhadora e a burguesia nacional é uma contradição no seio do povo... já que a burguesia nacional do nosso país tem um duplo caráter». (Sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo). E como consequência, traça uma política de ganhar gradualmente os capitalistas nacionais para o socialismo.

Na construção do socialismo, ele apoiou a existência «durante certo tempo» da pequena e média indústria e comércio privados, a participação «durante certo tempo» dos antigos proprietários nos lucros de suas empresas desapropriadas, e um processo de «reeducação» da burguesia nacional para conquistá-la para o socialismo, além de apoiar o funcionamento dos partidos burgueses e até mesmo a sua participação no poder — por exemplo, a viúva do líder burguês Sun Yat Sen, até hoje participa do Comitê Permanente da Assembléia Popular, o mais alto órgão de poder na China.

As classes e seus interesses são determinados pelo papel e pelo lugar que elas ocupam no sistema de produção social. A burguesia detém a propriedade dos bens de produção e extrai a mais-valia da exploração da força de trabalho dos operários; estes, por sua vez, só dispõem de sua força

Segundo o leitor, o pensamento de Mao Tse-Tung (à esquerda) está muito distante das teorias elaboradas por Lênin. O líder chinês teria imprimido ao PCC uma linha que serviu para afastar a classe operária da direção do processo revolucionário da China.

antagonismo entre o proletariado e a burguesia.

A compreensão mecânica da luta dos contrários, levou a que Mao abandonasse a «luta ideológica» para assegurar a unidade proletária do Partido, transformando-a na luta entre dois «quartéis gerais» e entre «duas linhas». A linha proletária era defendida pelo quartel geral formado por Mao, embora a realidade mostre coisas estranhas: união de Mao e Lin para derrubar o quartel geral burguês de Liu Shao Shi e Deng Xiao-Ping; logo depois união de Mao com Deng Xiao-Ping para derrubar Lin Piao (primeira reabilitação de Deng); em seguida Mao e o «grupo dos quatro» novamente contra Deng Xiao-Ping e mais recentemente, a união de Hua Kuo Feng (indicado por Mao) com Deng Xiao-Ping (segunda reabilitação) para derrotar o «grupo dos quatro».

Esse aglomerado de facções não se assemelha em nada a uma organização que desempenha o papel de destacamento de vanguarda da classe operária.

Ao mesmo tempo em que atuou como um líder da luta democrática e anti-imperialista, Mao conseguiu imprimir ao Partido Comunista Chinês uma linha que, tudo indica, serviu para afastar a classe operária da direção do processo revolucionário, e está inteiramente comprometido com o que vem acontecendo na China. Parece-me que a fórmula conciliatória do tipo «foi um grande marxista que cometeu erros» não satisfaz. Não adianta fazer média nessas questões. A análise concreta vem mostrando que o pensamento de Mao Tsé-Tung e o marxismo-leninismo são dois caminhos muito diferentes.

Rogério Lustosa RJ

POR QUE ASSINAR MOVIMENTO?

A nível de informação, pra gente, principalmente do interior, onde os grandes jornais alcançam uma vendagem maior, pela facilidade, pelo preço, por serem jornais diários, é muito importante que a gente de entidade Sindical, assine, divulgue e faça os companheiros a comprar o jornal MOVIMENTO.

O jornal MOVIMENTO é que tem dado cobertura a toda voz popular que se levanta, todos os segmentos de nossa sociedade que realmente gritam pelo retorno ao estado de direito, à democracia, às liberdades.

O jornal MOVIMENTO foi o único jornal que publicou a resposta dos trabalhadores de João Monlevade à Belfo-Mineira.



Então nós vemos que o jornal MOVIMENTO, como aqueles que falam em nome do povo, é que vão dar um respaldo a um movimento maior, a uma conscientização maior.

JOÃO PAULO PIRES DE VASCONCELOS
(líder metalúrgico de João Monlevade (MG))

<input type="checkbox"/> ASSINATURA ANUAL	<input type="checkbox"/> ASSINATURA SEMESTRAL
Cr\$ 950,00 (Exterior - U\$ 70)	Cr\$ 500,00 (Exterior - U\$ 35)
Desejo receber gratuitamente	Desejo receber gratuitamente
10 exemplares atrasados.	5 exemplares atrasados.

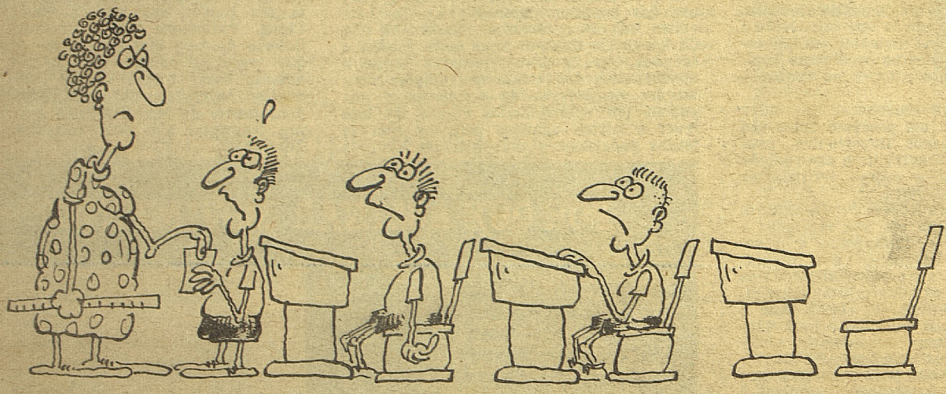
Estou enviando o cheque n° _____ em nome de Edição SA - Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 623, São Paulo - SP. CEP: 05415. Se a assinatura for feita na Europa, enviar para conta Postal CCP 1202254 D-M Villas-Paris. FRANÇA.

Nome	Idade
Profissão	Endereço
Cidade	Estado
	CEP

EU VI ESSA PASSAGÃO DE BILHETE AÍ ATRÁS!

TRAGA JÁ PRA CÁ!

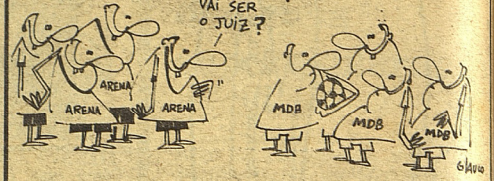
Jota.



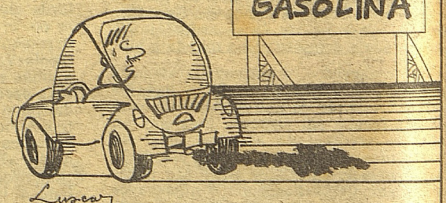
a uine vai voltar (passe adiante)



NÓS AVISAMOS PRA VOCÊS QUE O GOLBERY VAI SER O JUIZ?



PRÓXIMO KM RESTAURANTE BAR, MOTEL POSTO E AUMENTO DE GASOLINA



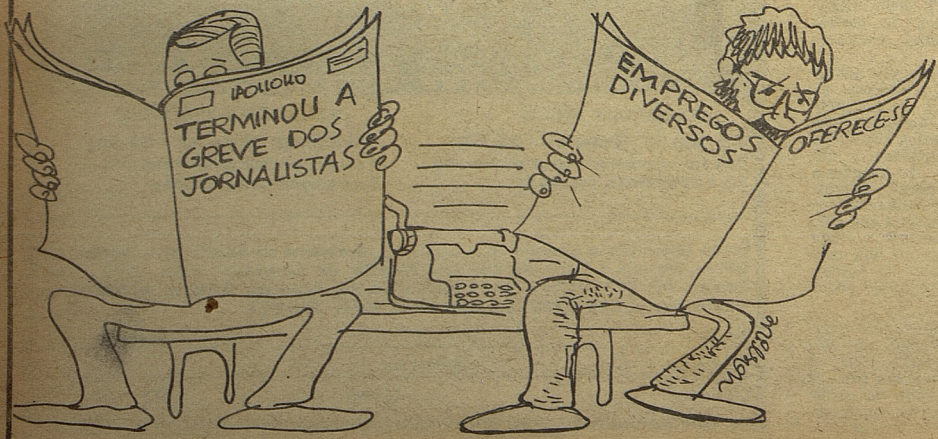
Lincoln.

MDB



ULISSES, TE SEGURA NA BROCHA QUE EU VOU TIRAR A ESCADA!

melbron



www.palmeiras.com.br 11.17 de Junho de 1979 - CR\$25,00 - BAHIA: SANGRENTA, MURCIPA, FOTO VEIHO, SEU ESTERCO, VAS, ARECETE / CR\$25,00